



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Educação, com o tema *A Lei da Aprendizagem, sua atualização e o novo ensino médio*, em atendimento ao Requerimento nº 445, de 2018, de minha autoria, Deputado Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal, e ao Requerimento nº 430, de 2018, de autoria do Deputado Caio Narcio, do PSDB de Minas Gerais, aprovados em 16 de maio de 2018.

O debate será realizado em duas Mesas. A Mesa 1 tratará do Projeto de Lei nº 10.088, de 2018, que visa a atualização da legislação da aprendizagem profissional e o aprimoramento da política de inserção dos jovens no mercado de trabalho. A Mesa 2 terá como tema *A Lei da Aprendizagem e suas possibilidades para o desenvolvimento sustentável do Brasil à luz do novo ensino médio*.

Imediatamente, convido para compor a primeira Mesa a Sra. Eline Neves Braga Nascimento, Secretária da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação — SETEC (*palmas*); o Sr. Felipe Morgado, Gerente Executivo de Educação Profissional e Tecnológica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI/DN (*palmas*); o Sr. Higino Brito Vieira, Diretor do Departamento de Políticas de Empregabilidade do Ministério do Trabalho (*palmas*); a Sra. Dulce Martini Torzecki, Procuradora do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (*palmas*); a Sra. Tatiana Augusto Furtado Gomes, Gerente Socioeducativa e Pastoral do Centro Salesiano do Adolescente do Distrito Federal — CESAM/DF (*palmas*); a Sra. Mônica Batista Vargas de Castro, Gerente de Operações Norte e Centro-Oeste do Centro de Integração Empresa-Escola — CIEE (*palmas*).

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito a todos que forem usar a palavra que falem ao microfone.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: cada expositor terá o prazo de 10 minutos para a sua exposição, não podendo ser apartado. O debate será aberto ao final da última palestra. As perguntas deverão se restringir ao assunto da exposição.

Informo aos Parlamentares que a lista de inscrição para os debates encontra-se na nossa mesa de apoio. Solicito aos Deputados interessados em interpelar os palestrantes que se inscrevam previamente.

Vamos passar imediatamente às exposições.



Concedo a palavra ao Sr. Higino Brito Vieira, para que faça a sua exposição.

O SR. HIGINO BRITO VIEIRA - Bom dia a todos.

Muito obrigado pelo convite, Deputado Izalci.

Eu gostaria de cumprimentar todos os componentes da Mesa e de fazer alguns comentários acerca do tema que nos traz aqui.

Hoje muito se fala da modernização da Lei da Aprendizagem, em sincronia com as perspectivas da reforma do ensino médio, e do projeto de lei de autoria do Deputado Izalci Lucas que traz algumas abordagens de caráter complementar fundamentais para que possamos levar o nosso diálogo adiante.

Eu gostaria de deixar claro e, mais uma vez, reiterar que nós do Ministério do Trabalho estamos sempre abertos ao diálogo e a propostas que venham a discutir a melhoria e o aumento da abrangência da Lei da Aprendizagem. Nós enxergamos a Lei da Aprendizagem como uma política pública mais do que maturada, além de extremamente consolidada e merecedora da nossa total atenção, sobretudo na condição de gestores públicos.

É muito importante trazermos o tema da aprendizagem profissional para a Comissão de Educação da Câmara, porque estamos tratando de um público-alvo que merece total atenção, posto que estamos falando de uma legislação que ainda precisa de muito apoio e de muitas iniciativas para que possa ser cumprida em sua totalidade. No que diz respeito à sincronia entre a aprendizagem e as perspectivas do novo ensino médio, nós temos feito uma agenda e temos dialogado com o Ministério da Educação. A Secretária Eline está presente e poderá falar um pouco sobre as agendas que estamos traçando. Estamos dialogando não apenas com a Secretária, mas também com a Diretora Fernanda.

Entendemos que esse tema tem de ser discutido cada vez mais. Temos de analisar as perspectivas, o impacto e a melhor forma de viabilizar o cumprimento dessa nova possibilidade que está posta, o que representa um verdadeiro desafio para que possamos tratar o tema com maturação, como um passo de progresso, sem fragilizar a aprendizagem. Essa é uma preocupação do Ministério do Trabalho. O MEC é solidário e tem o mesmo entendimento. Nós estamos procurando fazer com que essa agenda e esse diálogo estejam cada vez mais presentes, sobretudo por conta do impacto da política de juventude.

Atualmente, quando falamos de aprendizagem profissional, nós estamos falando de um universo de aproximadamente 500 mil jovens amparados por essa legislação no Brasil. Temos que ter a atenção devida e temos que nos preocupar com o atendimento aos



públicos prioritários que a legislação se propõe a atender. Nós temos que imaginar a aprendizagem como uma política pública que tem como objetivo uma influência estratégica de futuro de país. Isso não pode sair do nosso radar. Também temos que imaginar o tema do trabalho como um tema transversal, que impacta diversas outras áreas. Por exemplo, o trabalho decente pode diminuir a criminalidade e pode interferir no futuro.

Acredito que discutir a aprendizagem profissional aqui na Comissão de Educação é um passo de extrema relevância.

Agradeço o convite ao Deputado Izalci Lucas. Agradeço a presença de todos os que aqui se encontram, sobretudo pelo interesse pelo tema.

A Câmara dos Deputados é a Casa em que os temas devem ser discutidos, debatidos. Acredito que todo e qualquer tema, quando discutido, se fortalece. O debate, a discussão gera perspectivas que nos embasam para a tomada de decisões futuras.

Deixo registrada a palavra do Ministério do Trabalho de reforço total ao conceito da aprendizagem profissional e de apoio total à manutenção de todos os requisitos que amparam e fortalecem a relação do jovem no mercado de trabalho. Além disso, reitero que as portas estão abertas para o diálogo que fortaleça esse instrumento de tamanha importância.

Muito obrigado.

Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço ao Sr. Higino.

Imediatamente passo a palavra à Sra. Eline Neves Braga Nascimento, Secretária da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

A SRA. ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO - Bom dia, Deputado.

Eu gostaria de cumprimentar toda a Mesa e todos os demais presentes.

Quero dizer da satisfação de estar aqui debatendo este tema tão importante para o nosso País. Este tema é importante não só para o jovem envolvido, mas para toda a população e para o desenvolvimento socioeconômico que nós precisamos ter no Brasil.

Acho que temos de considerar as boas práticas e algumas referências. Dessa forma, a minha ideia foi trazer hoje uma breve apresentação de alguns conceitos em relação à aprendizagem, enfatizando o que nós do Ministério da Educação achamos importante destacar. Eu gostaria de falar um pouco sobre o PL, trazendo o exemplo de outro país que



acabei de visitar. Quero falar um pouco sobre como eles estão vivenciando não só a aprendizagem, mas também a formação profissional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, acho importante citar o que está no Manual da Aprendizagem do Ministério do Trabalho.

O que é aprendizagem? É uma obrigação legal. De fato, as empresas têm a obrigação legal de atingir determinado patamar de jovens aprendizes dentro da instituição. O que nos preocupa é que essa iniciativa não seja cumprida apenas para que a empresa atinja a cota e não pague multa. Essa é a questão do conceito de partida da aprendizagem. Nós precisamos trabalhar para que o conceito seja incorporado nas organizações como uma vantagem, como um diferencial.

Eu venho originalmente da área de recursos humanos. O meu *background* é recursos humanos. Se as lideranças das organizações não entenderem como relevante, nós não conseguiremos trabalhar nenhum programa de qualificação ou de capacitação profissional. Se não houver um trabalho de convencimento das lideranças sobre essa importância, o RH não fará nenhuma diferença nesse aspecto. Eu acho importante colocar essa questão. Estamos trabalhando a aprendizagem, porque se trata não só de uma obrigação legal, mas, fundamentalmente, da promoção da cidadania e da promoção de uma melhor produtividade, que é um dos elementos que nós temos como mais carentes hoje no nosso País, quando nos comparamos a outros países.

Eu queria destacar dois aspectos. Quando nós falamos de promoção de cidadania, estamos falando da oportunidade de o jovem desenvolver habilidades e de realizar projetos. Vejo um primeiro elo em relação ao que estamos discutindo sobre aprendizagem com a questão do próprio novo ensino médio, quando colocamos o aluno como protagonista, como desenvolvedor do seu projeto de vida. Nesse ponto, a aprendizagem está muito próxima do novo ensino médio, em relação à implementação que nós do Ministério da Educação estamos pensando. Ele é bastante flexível, pois cada sistema vai poder implementá-lo da maneira que achar mais pertinente para a sua realidade.

Há outro aspecto: quando falamos de produtividade, falamos da formação de profissionais engajados com o projeto das organizações, ou seja, de profissionais identificados com as organizações. Quando se coloca um jovem em um ambiente de aprendizagem dentro de uma organização, ele começa a ver quais são os valores daquela



organização, começa a se engajar dentro de um processo ou de um projeto. Se houver um tutor que entenda a importância do que o jovem está fazendo ali dentro, este jovem começará a trabalhar e a se ver como parte daquela organização. Há um projeto identificação. Isso pode durar o tempo do programa da aprendizagem ou pode ser levado mais adiante.

As experiências que temos visto em outros países têm mostrado que, às vezes, o jovem faz o processo de aprendizagem profissional dentro da organização, escolhe voltar para estudar ou escolhe trabalhar durante um tempo e voltar para fazer um novo estudo. Trata-se de um programa que desenvolve a possibilidade de o jovem continuar a aprendizagem ao longo da vida.

Outro elemento que está no Manual da Aprendizagem diz respeito à formação técnico-profissional metódica. O jovem tem que ter um acompanhamento, tem que ter uma metodologia, tem que ter uma orientação. Não se deve colocar o jovem — vemos isso em algumas empresas — para fazer as atividades mais repetitivas ou rotineiras, que não têm nada a ver com o projeto que aquele jovem está buscando para si.

Quanto às atividades teóricas e práticas, nós temos que juntar as duas coisas. É por isso que a aprendizagem também está relacionada com o momento dentro da escola, inclusive da escola de formação profissional. É um contrato, e o jovem tem uma obrigação. Por exemplo: se ele não tem um desempenho ou tem uma atitude que não está condizente com o ambiente de trabalho, a família precisa ser chamada. Ele tem um processo de acompanhamento especial. Trata-se de um contrato especial. Nós temos que destacar isso. Ele está aprendendo, ou seja, ainda não está formado como profissional. São necessários um tutor qualificado e um processo estruturado.

Como se trata de um contrato especial, tem que haver norma própria. O jovem é diferente de um profissional adulto que já concluiu o seu curso e que é mais maduro. Precisamos ter esse cuidado.

Quando o jovem vai para a empresa, ele precisa estar atrelado a esse acompanhamento dentro da escola e dentro da organização. Por isso, a escola e a organização precisam conversar muito.

Quais são os cuidados que nós precisamos ter na aprendizagem? E eu reforço isso. Primeiro, uma orientação pedagógica. Eu acho que nós podemos desenvolver, Deputado, um trabalho mais de inserção até dos próprios tutores numa capacitação na área



pedagógica, porque às vezes o tutor é um excelente profissional, mas, quando recebe o jovem, ele precisa estar preparado. Então, os RHs das empresas podem ajudar, em conjunto com as instituições de ensino, a qualificar mais o tutor, para que ele possa fazer o trabalho de acompanhamento efetivo do jovem. Às vezes ele é um bom profissional, mas tem dificuldade, se não houver um processo estruturado dentro da organização, de acompanhar e de orientar o jovem.

Há também a questão da supervisão, que é outro elemento importante; a designação de um monitor da empresa, que não é necessariamente o tutor, a pessoa que conhece a parte técnica que vai ser trabalhada, mas sim uma pessoa que tem uma visão mais ampla do programa dentro da empresa; e os conteúdos em consonância com os cursos. O que ele vê na escola tem que ter relação com o que ele vê na empresa e vice-versa, senão não faz sentido, e acabamos repetindo o que fizemos no ensino médio nos últimos anos, quando o jovem se pergunta: "*Para que eu estou aprendendo isto?*"

Então, tem que haver um vínculo entre a escola que está fazendo a qualificação profissional, a escola do ensino médio, no caso da reforma — que vai ter um desafio muito grande nesse aspecto quando escolher algumas áreas para inserir o itinerário formativo técnico —, e a própria organização. Algo que o País precisa desenvolver muito ainda é o diálogo escola-empresa. Esse diálogo precisa acontecer corriqueiramente, para que os currículos sejam desenhados de maneira a atender as demandas que as organizações têm. As organizações também precisam entender qual é o papel da escola na formação do jovem, que vai além do ensino técnico específico. Na empresa, ele aprende a conviver com outras pessoas, a trabalhar com pessoas de quem gosta ou não, a trabalhar em equipe e a se comunicar. Não só a escola, mas também a empresa precisa ajudar a desenvolver essas habilidades. Então, esse diálogo tem que ser permanente.

Neste eslaide apresento alguns números do meu colega Higinio, do Ministério do Trabalho, sobre os últimos 13 anos da aprendizagem. Em 2018 os números são parciais e representam os três primeiros meses do ano. Essa é a evolução do número de aprendizes admitidos por ano em milhares. Então, no último ano, 386 mil jovens entraram no programa de aprendizagem. Isso é muito? Isso é pouco? Eu acho pouco. Se nós compararmos com os 7,8 milhões de jovens matriculados hoje no ensino médio, é muito pouco. Se eu disser que 1,8 milhões de jovens estão sendo qualificados na educação profissional, mas cerca de 800 mil são de ensino técnico de nível médio, é pouco. Então, nós precisamos investir



mais nesse trabalho de envolvimento das empresas e das escolas nesse diálogo para trazer o jovem para o programa.

Eu trouxe um exemplo. Tive a oportunidade de participar de um congresso na Suíça, país referência na educação profissional, onde 70% dos jovens que vão para o ensino médio escolhem a formação técnica. Tudo bem que nós temos um problema de escala: os 70% da Suíça não são exatamente um número absoluto alto quando comparado com os 9% daqui. O Brasil precisa enfrentar esse desafio. Tudo o que nós fazemos aqui envolve muitos recursos, muita energia e muita diversidade pelo tamanho do País.

Então, o que eles têm lá? Eu fui visitar uma escola em que o aluno, para fazer um curso de *design* industrial, passa 2 anos numa escola de educação básica, em que ele faz o ensino técnico com a prática. Ali ele tem um laboratório com ambiente protegido, onde ele faz a parte prática. Então, o aluno passa 2 anos dentro da escola, fazendo esse trabalho de formação. Ele tem aulas teóricas, os laboratórios e a parte de *hands-on*, em que ele vai testar a aprendizagem na prática. Ao final de aproximadamente 2 anos, ele faz um teste intermediário, uma prova teórico-prática, em que é avaliado para ver se aprendeu realmente. Nos 2 últimos anos de formação, ele vai fazer a prática na empresa, mas não está desvinculado da escola.

Nesse modelo aqui, eles têm a escola vocacional. No nosso caso, nós temos os institutos, o SENAI, várias instituições que oferecem as duas formações conjuntas, a teórica e a prática no laboratório. Mas depois ele vai para a empresa, faz um trabalho de formação dentro do ambiente da empresa já tendo uma base. Então, ele não vai verde para a empresa. Ele tem uma orientação, que o permite ter noções de segurança do trabalho e da parte técnica que ele precisa desenvolver. Ele já está mais maduro. Ele passa 2 anos na empresa até ter essa formação e continua na escola.

Deputado, no seu PL, V.Exa. fala um pouquinho de o aluno que terminou o ensino médio fazer 8 horas já dentro da empresa. Discutam um pouco mais isso, porque o vínculo com a escola é importante. Eu consultei o CEO de uma empresa sobre isso. Para vocês verem a importância que eles dão lá, nós fizemos uma visita a uma empresa para falar da aprendizagem e quem nos recebeu foi o CEO da empresa — não foi o RH, não foi o tutor, não foi supervisor, mas quem dirige a empresa. Nós perguntamos: "*Não é melhor ele fazer toda a parte escolar e depois ir para a empresa?*" Ele disse: "*Não*". Quem está dizendo isso não é uma escola, é uma empresa. Eu perguntei o porquê. "*Porque a gente entende que o*



jovem tem algumas dúvidas e às vezes precisa estar na escola para trabalhar com o professor aquelas dúvidas teóricas, e na empresa ele não vai ter tempo nem condições de fazer isso." Então, essa é uma ressalva que nós fazemos em relação ao PL: depois que ele terminar o ensino médio, não vale a pena, mesmo que seja uma manhã na semana, ter um horário ainda na escola para ele tirar dúvidas e trazer alguns conteúdos que na empresa ele não poderia trabalhar? Eu acho que são reflexões para nós irmos discutindo. Então, ele continua na escola pelo mesmo um período, uma carga horária mínima, mas com a prática já dentro da empresa. Esse é um modelo que nós trouxemos só para dar um exemplo.

Alguns desafios. Eu acho que nós temos o desafio da atuação conjunta do Governo com a escola para avaliar as melhores práticas. As escolas têm certa locução. Nós temos que ter mais interlocução entre os Ministérios, as empresas e as entidades profissionais para o desenho do perfil profissional. A formação que nós estamos querendo não pode estar desvinculada do que ele vai usar na prática. O aluno não pode ter um currículo com o qual não consiga fazer conexão quando chegar à empresa. Nós temos que ter, ainda, um processo de orientação profissional para os jovens, porque na Suíça eles têm uma evasão de ensino médio de 5%, e nós temos de 50%. Nós não podemos ter uma escolha profissional em que o jovem não tenha uma orientação mínima. Nós poderíamos, no 9º ano do ensino fundamental, fazer um trabalho de orientação, chamando os pais para dentro da escola, para também orientar os pais. Eu já vi menino desistir de curso de qualificação, porque a família o tirou para trabalhar numa feira para ganhar 10 reais por semana. A coordenadora da escola foi conversar com a família e resgatou o aluno para o projeto, que era de 1 ano. Então, se nós não trouxermos as famílias desses meninos para a escola, esses meninos vão abandonar o curso. A reforma do ensino médio precisa considerar isso também. Nós precisamos trabalhar um pouco mais esse processo de orientação da escolha profissional antes de o menino ir para o ensino médio. Como ele é muito jovem, tem muitas dúvidas. Se até hoje, como profissionais, temos dúvidas, imaginem eles. Isso faz parte do processo, além do envolvimento das famílias na escola.

Eu trouxe como sugestão algo que eu vi na viagem, que é um selo para as empresas que desenvolvem o programa de aprendizagem. Eu acho que essa iniciativa conversa muito com o PL, Deputado, e estimularia muito as empresas de pequeno e médio porte, que são as que têm mais dificuldade de implementar esse programa de aprendizagem.



Nesse selo, podemos trabalhar um percentual de jovens aprendizes que estão relacionados ao *business core*. O que é isso? Uma empresa que trabalha com produção industrial não pode colocar o aprendiz só para fazer a parte administrativa. A empresa pode até ter aprendizes nessa área, porque ela tem a parte administrativa na empresa, mas ela deveria ter um percentual de jovens na área fim da empresa, na área de produção final ou do produto que ela entrega.

Seria bom que houvesse também no selo um indicador para tutores da empresa, qualificados, por exemplo, pelo MEC ou pela própria empresa na parte pedagógica, porque, às vezes, eles são bons profissionais, mas têm dificuldade de transmitir o conhecimento.

Outro elemento é em relação ao percentual de professores das escolas de educação profissional que foram treinados nos 2 últimos anos nas inovações tecnológicas. O professor que está na sala de aula precisa saber qual é o equipamento mais atual. Ele vai dar aula para o aluno. Então, por que não fazer visitas técnicas às empresas, por que não oferecer programas de imersão entre escola e empresa nesse processo de qualificação? Isso é mútuo: o tutor da empresa precisa se qualificar na parte pedagógica e o professor precisa se qualificar na inovação tecnológica. Esse é o outro elemento.

Por fim, qual é o percentual de jovens contratados ao término do contrato de aprendizagem? Esse é outro indicador que poderíamos ter. Criaríamos um selo que poderia ter a chancela conjunta do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação, da CNI, da CNEC. Nós criaríamos um selo que ajudaria a estimular as empresas, que poderia conversar com a questão do PL. Esse selo poderia ser até um diferencial nos processos de licitação de que essas empresas participam.

Essa é uma sugestão que me ocorreu, vendo algumas outras experiências.

Era isso. Eu não vou falar mais porque já estourei bastante o meu tempo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço à Subsecretária Eline Nascimento a participação.

Passo a palavra ao Sr. Felipe Morgado.

O SR. FELIPE MORGADO - Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, cumprimento o Deputado Izalci Lucas e todos os colegas da Mesa.

É um prazer estar na Comissão de Educação para falar do principal produto da educação profissional, o estado da arte da educação profissional na visão do Serviço



Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, que é a aprendizagem profissional. Nós consideramos a discussão sobre a aprendizagem como essencial para a implantação e para o avanço do novo ensino médio, como já foi apontado tanto pelo Higino quanto pela Eline.

Eu vou começar falando que eu acredito na aprendizagem industrial, principalmente por ser esse o papel do SENAI. Nós enxergamos o ensino médio como uma ótima oportunidade para que esse novo ensino médio dê certo e avance, principalmente no itinerário de formação técnico-profissional.

A aprendizagem pode ser uma ótima oportunidade tanto para o jovem quanto para as empresas e para o País. O mundo inteiro está discutindo neste momento a quarta revolução industrial, a indústria 4.0. Se as indústrias, no conceito mais amplo, não avançarem, a cada dia que passa isso vai ser mais difícil para o País. Se o uso de robôs começar a avançar, de fato, nós vamos ter dificuldade de oferta de emprego no Brasil. Por isso, nós temos que aproveitar a aprendizagem como ela é, o estado da arte da educação profissional, para que formemos os melhores profissionais para a nossa indústria.

Eu acredito muito na aprendizagem. Fico muito contente e compartilho com tudo o que a Eline manifestou. Se estamos na Comissão de Educação discutindo aprendizagem é porque enxergamos que se trata de uma ação de educação profissional que inclui uma relação trabalhista, mas é uma ação de educação profissional. Isso é muito importante. Muito do que ela aponta o SENAI já faz. Muitas dessas ações todas as instituições ofertantes de aprendizagem deveriam fazer, para que, de fato, esses profissionais fiquem bem informados.

O que eu queria trazer, quando eu falo de oportunidade para o novo ensino médio, a Eline já colocou: apenas 9% dos jovens que estão no ensino médio hoje no Brasil fazem o curso integrado com a educação profissional. Se acreditamos no novo ensino médio, que é a posição da CNI e do SENAI, como oportunidade para o País avançar, nós temos que acreditar na aprendizagem e fazer ajustes, dar oportunidades de melhoria para corrigir distorções. Eu concordo com o Higino que se trata de uma política pública madura, mas, como toda política pública, nós podemos melhorá-la e avançar frente ao que já está sendo desenvolvido em outros países e ao que nós acreditamos no momento.

O primeiro ponto — e fico contente que o Ministério da Educação considera isso muito relevante — é: se nós não tivermos um alinhamento entre a oferta e a demanda por



formação profissional nos cursos de aprendizagem, isto é, se essa oferta não for alinhada ao perfil profissional que a indústria necessita, no caso do SENAI, nós poderemos perder o nosso maior talento, que são os jovens do Brasil.

Então, nós temos que dar muita atenção à aprendizagem, para que não percamos esse momento do ensino médio, de formação técnico-profissional, em que as empresas estão investindo nesses jovens aprendizes, para que, de fato, saiam contratados ao final.

Eline, há um estudo em que se diz que apenas 10% dos jovens que concluem o contrato de aprendizagem — nós fizemos uma pesquisa — são contratados pelas empresas. Esse número é muito baixo. Se analisarmos os países, como, por exemplo, o que você visitou, chega-se a 75%, e, na Inglaterra, a 80%. Então, nós temos que avançar. Se estamos dizendo que é o estado da arte da educação profissional, entende-se que é a melhor formação profissional possível que um país pode oferecer. Trata-se de uma formação de excelência, tanto da escola quanto da empresa, tanto teórica quanto prática. Então, nós trazemos isso como um problema existente hoje na aprendizagem.

O segundo problema, se olharmos a oferta de 300 mil matrículas perto das 400 mil, nós vamos concordar aqui que esse número é baixo. Mas se olharmos quais são as ocupações que esses jovens aprendizes têm, ao selecionarmos as dez principais ocupações, vamos ver que elas representam 88% das matrículas de aprendizagem no Brasil. Se pensarmos que somente dez profissões representam 88% das matrículas de aprendizagem, isso é muito ruim. Se pensarmos que 62% dessas desses contratos são na função de assistente administrativo, nós ficaremos mais preocupados ainda. Se estamos dizendo que a aprendizagem profissional é o estado da arte da educação profissional, por que o estado da arte da educação profissional é o assistente administrativo? Eu não desmereço, em nenhum momento, o assistente administrativo, mas nós — País, empresa — estamos investindo na formação de um jovem hoje em um período de 2 anos, e a proposta é de 3 anos, a qual apoiamos.

E apoiamos também, Deputado, um ponto importante. Hoje, para ser feita a matrícula em um curso de aprendizagem no Brasil, a matrícula e o contrato têm que acontecer ao mesmo tempo. O que nós acreditamos é que, como no ensino médio — e a Eline tratou disso — a pessoa necessita de uma orientação profissional para que possa fazer a melhor escolha da sua profissão, é muito importante existir uma flexibilização. Dessa forma, esse jovem poderá, no primeiro ano do ensino médio, fazer uma escolha, e, aí, sim, ele ser



contratado, e, aí, sim, avançar para o curso de formação profissional. Nós defendemos essa questão dos 3 anos, o que ajuda a resolver vários problemas que existem hoje, que nós, como CNI, defendemos. Não adianta formarmos profissionais com 14 anos de idade, que não podem ser contratados. Vão chegar aos 16 anos, concluir o curso e não vão poder ser contratados, porque a função tem periculosidade. Então, abrindo para 3 anos, eles vão concluir o contrato de aprendizagem já perto dos 18 anos, e, aí, sim, vai ficar mais fácil. Eu acredito que, dessa forma, a empregabilidade que eu mencionei, de 10%, tende a subir naturalmente, e é o que nós defendemos.

Agora, temos que defender e avançar muito nesse caráter educacional. Como eu já disse, existe um deslocamento entre oferta e demanda, e nós temos que lembrar que, no ensino médio, já estamos na última etapa da educação básica, com um nível de complexidade mais avançado. Então, não podemos também comparar e fazer a aprendizagem de ocupações mais básicas. Nós estamos falando de jovens do ensino médio que nós temos a oportunidade de formar, no caso do SENAI, em mecatrônica, automação, eletroeletrônica, eletrotécnica, e avançar em áreas mais complexas. Quando falamos em indústrias 4.0 — e a Eline disse bem —, nós estamos falando em desenvolver fundamentos técnicos, competências técnicas transversais, porque as profissões vão mudar e vão sofrer transformações, e em desenvolver competências socioemocionais, como ela mencionou. Então, se não tivermos essa formação mais sólida durante o ensino médio para o mercado de trabalho, não vamos conseguir o sucesso que acreditamos poder alcançar na aprendizagem.

Por isso, é muito importante deixarmos bem claro quais são as ocupações que os jovens do ensino médio precisam ter na sua formação; quais são as ocupações que, de fato, requerem formação metódica, que é o que legislação traz e o que a Eline trouxe. Então, para nós é muito importante incluir a questão da formação técnica. Hoje a Lei da Aprendizagem traz apenas a formação básica. Os cursos técnicos de nível médio são permitidos, mas é preciso incluir até na própria cota essa questão, ajustando, sim, quais são as ocupações que requerem formação metódica, incluindo a formação técnica, para que possamos dar um salto no País no que se refere à Lei da Aprendizagem.

O que eu queria manifestar era isso, Deputado. Quero parabenizar a iniciativa de V.Exa. de discutir a educação profissional e a aprendizagem, porque nós acreditamos que elas andam juntas. Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço ao Sr. Felipe Morgado a participação.

Passo a palavra à Sra. Dulce Martini Torzecki, Procuradora do Trabalho da 1ª Região.

A SRA. DULCE MARTINI TORZECKI - Bom dia, Deputado Izalci Lucas, em nome de quem saúdo a Mesa e os presentes. É muito importante este encontro na Câmara dos Deputados. Não é a primeira vez que estamos aqui para debater o tema, mas o enriquecemos desde a primeira audiência. Saúdo também os aprendizes aqui presentes. É necessário ser um debate amplo com as diversas entidades e representantes da sociedade.

Sr. Presidente, inicialmente, quero dar destaque à camiseta que estou usando sobre o combate ao trabalho infantil. Hoje é o Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil. O País realiza vários eventos para chamar a atenção sobre o tema. Temos ainda 2 milhões de crianças e adolescentes que trabalham no Brasil. Ouvimos esse número e ficamos indignados. Como podemos permitir que ainda tenhamos esse percentual de crianças e adolescentes em situação de trabalho nas ruas e em diversos setores? Temos dificuldades de retirá-los do trabalho como órgão público e também fiscalizador. Como integrante do Ministério Público do Trabalho, faço aqui este desabafo de como ainda não conseguimos, mesmo articulados com os diversos setores, combater esse grande problema nacional.

Hoje dou ênfase ao tema já fazendo o elo de que vemos no contrato de aprendizagem uma alternativa para retirar adolescentes com mais de 14 anos do trabalho. Falou-se hoje aqui também sobre como os adolescentes muitas vezes são explorados em trabalhos irregulares, que sofrerão prejuízo na saúde, nos estudos. Como atuar para retirá-los dessa situação? O contrato de aprendizagem é uma das alternativas. Essas lutas andam juntas.

Quero lembrar também, dentro desse histórico da aprendizagem e da proteção do adolescente, o que é a profissionalização. O Brasil, na Constituição, estabeleceu o direito à formação profissional, já observando normas internacionais, de que até os 18 anos há essa proteção, como se chama, até da criança. Aí, a nossa Constituição adota a proteção integral, no art. 227. Hoje estamos aqui por isso, como vemos essa proteção, como não permitimos que o adolescente trabalhe irregularmente antes dos 16 anos. Entre os 16 e os 18 anos ele precisa estar no trabalho protegido. De que forma podemos garantir — está na Constituição —, como família, como Estado e como sociedade, esses direitos básicos às nossas crianças e aos adolescentes, no caso do contrato de aprendizagem para o adolescente.



A Eline fez uma grande introdução teórica sobre o contrato de aprendizagem, passou a CLT toda sobre o que é essa formação técnico-profissional metódica e como temos trabalhado para que isso se implemente na prática. Parabenizo a senhora pela sua apresentação, que foi muito interessante. É o que temos visto nos últimos anos. Esse diálogo que está sendo possibilitado pela Câmara dos Deputados tem aproximado os órgãos e as instituições, para procurarmos evoluir neste debate.

Parabenizo novamente a iniciativa desta Comissão.

Deputado, em relação ao projeto proposto de aumento para 3 anos, pois hoje é de até 2 anos o contrato de aprendizagem, eu fico aqui me questionando, a partir da fala do representante do SENAI, sobre a desvinculação do início do curso à contratação. Inclusive, o senhor defende que, nesse primeiro ano, ele poderia começar sem estar definido, e eu me pergunto como seria em 3 anos. Digo isso porque a proposta seria a de abarcar todo o ensino médio. Então, acho que precisamos pensar em como nós o tratamos e o cuidado que temos que ter para confeccionar uma nova lei que não desvirtue o contrato de aprendizagem. Essa é uma preocupação.

Outra observação que faço, que foi também trazida pelo representante do SENAI — e nós já debatemos isso em outras audiências e fóruns —, refere-se a essa crítica da restrição da formação profissional e dos cursos. Chama a minha atenção, Felipe, o fato de que, representando a indústria e as empresas, venha justamente delas essa crítica, pois quem precisa definir o que a empresa necessita é a própria empresa. Então, eu não aceito essa crítica vir de representante de empresa. O ramo da indústria, do comércio, dos transportes e outros ramos dos sistemas nacionais são os que têm condições de tratar do que eles precisam e com que seus aprendizes precisam trabalhar, porque os aprendizes serão a mão de obra qualificada deles amanhã. Parece-me que ainda há essa ausência de articulação entre as empresas para definir o que a indústria e o comércio necessitam, para definir os currículos dos cursos de aprendizagem, para atender a sua demanda. Não são outros órgãos que definem isso senão o próprio Sistema Nacional. Falta ver onde está a falha no próprio lado empresarial, para evoluirmos e termos então essa formação profissional mais ampla, com cursos que hoje a indústria julgar mais adequados. Eu entendo que precisamos de uma melhoria nesse ponto e me parece que essa responsabilidade é da própria empresa.



Preciso destacar também que recentemente aprovamos, no Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional, do Ministério do Trabalho, um Plano Nacional de Aprendizagem Profissional. Nós realizamos uma reunião com bastante debate, porque a matéria realmente suscita ainda muitas discussões por ser complexa. E esse plano nacional que aprovamos contém diversas orientações. Inclusive, semana que vem, teremos uma reunião para tratar da primeira etapa do plano. Houve a participação também de empresários e de diversos órgãos da sociedade, para definirmos questões da aprendizagem profissional a partir desse fórum de debates. Parece-me que foi um avanço importante. Essas questões estão sendo tratadas em diversos órgãos, em diversas frentes. Não se desconhece que ainda enfrentamos dificuldades com a formação e a vinculação dos cursos. Essas questões estão sendo ordinariamente tratadas. Buscamos evoluir, mas temos essas dificuldades.

Na última reunião, esteve presente o Ministério da Educação. Então, parece-me fundamental que o Ministério da Educação também seja representado nessas reuniões do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional — ele está sendo convidado a participar delas. Isso será fundamental.

Foi destacado aqui pela Eline também — e percebemos isso — que, quando as empresas compreendem que o contrato de aprendizagem não é um custo, mas que irá representar um ganho para elas, a empresa passa a ver de forma diferente a situação. Como ela disse, na Suíça, quem apresentou o programa foi um gerente, porque a empresa abraça a causa. Temos visto isto na nossa atuação: a empresa se encanta com o tema, porque ela vê nessa formação profissional o seu empregado de amanhã, o seu empregado mais qualificado que pode dar destaque a ela dentro do mercado. Nós percebemos que existe essa queixa de se ter bons profissionais. Então, ela vê no contrato de aprendizagem um investimento que amanhã lhe trará um empregado qualificado.

Ainda com relação ao projeto, Deputado — e vejo que o tempo está passando —, preocupo-me com o § 1º do art. 432 no que se refere às 8 horas para os aprendizes que já tiverem completado o ensino médio. O Decreto nº 5.598, de 2005, que regulamenta a aprendizagem, estabelece que, preferencialmente, a contratação é de adolescentes a partir dos 14 anos. Eu sei que o SENAI tem uma situação diferenciada em razão das funções insalubres e perigosas. Mas nós temos todos os demais ramos. Eles não precisam estar apenas dentro do SENAI, pois há todos os demais ramos que podem abarcar essa aprendizagem. Então, a nossa batalha é pela inserção dos adolescentes que não têm outra



possibilidade de trabalho antes dos 16 anos, já que a Constituição o proíbe. Esta é a nossa regulamentação: não pode trabalhar. Os adolescentes que têm entre 14 e 16 anos não terão concluído o ensino médio, e eu fico com medo, Deputado, que nós aqui possamos ter, aí, sim, um desvirtuamento do contrato de aprendizagem, para se tornar uma contratação regular, eventualmente por 3 anos, com carga horária de 8 horas, e a empresa recolher um FGTS reduzido, podendo vir a substituir um trabalhador normal por um aprendiz. E a ideia não é essa. A ideia é a de que no contrato de aprendizagem, como muito bem colocou a Eline, prevaleça o aspecto educativo sobre o produtivo. Temos que ter muito cuidado com essa jornada elástica, pois acho que ela não atende o que defendemos. Essa é a preocupação que trago do Ministério Público do Trabalho.

E, em relação à proposta que altera o art. 29 da Lei de Licitações, acho perfeita, muito boa. Maravilha! Parabéns pela proposta! O projeto é bom, e acho que podemos buscar alguns ajustes. É possível evoluir e caminhar nessa trajetória.

Agradeço a todos a atenção. Obrigada pela participação. Estamos abertos aos debates. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço à Procuradora Dulce a participação.

Passo a palavra à Sra. Tatiana Augusto Furtado Gomes, Gerente Socioeducativo e Pastoral do CESAM-DF.

A SRA. TATIANA AUGUSTO FURTADO GOMES - Obrigada. Bom dia a todos! Quero cumprimentar o Deputado Izalci e parabenizá-lo pela iniciativa de fazermos a construção deste debate. Cumprimento ainda todos os integrantes da Mesa, os adolescentes aprendizes e os demais presentes a esta audiência.

Eu represento aqui os Salesianos, que desenvolvem a aprendizagem em todo o Brasil, em vários Estados, e que têm por missão contribuir para a formação profissional de adolescentes e jovens em alguma situação de vulnerabilidade. Os Salesianos foram os pioneiros, inclusive, na implantação dos programas de aprendizagem. Hoje, nós realizamos os programas através dos projetos CESAMs e das escolas profissionalizantes.

A Lei da Aprendizagem trouxe novas perspectivas para os adolescentes e jovens atendidos, assim como para suas famílias, pois permite uma qualificação profissional por meio de um trabalho protegido que garante o acesso à escola. A aprendizagem também permite a integração com outras políticas, como a política de trabalho e emprego, a política



de assistência social e a educação. O Decreto nº 5.598 permitiu às entidades sem fins lucrativos também ofertar cursos de aprendizagem, contribuindo assim para a sua ampliação. Entre as atividades que as entidades sem fins lucrativos executam hoje, destaco o acompanhamento integral às famílias. Então, fazemos o acompanhamento do adolescente no ambiente de trabalho, da família dele, além do acompanhamento escolar, que é a grande prioridade nesse aspecto. Priorizamos ainda o atendimento a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, transformando a realidade social e econômica das localidades atendidas. Inclusive, hoje temos o Decreto nº 8.740, que trata das cotas sociais e dá prioridade a esse público. Sabemos também que conseguimos garantir um acesso maior à escola.

Trouxe aqui alguns índices que demonstram aspectos relacionados à evasão escolar: 86% dos adolescentes e jovens alegam ter alguma dificuldade para continuar estudando; 42% informam que os obstáculos são financeiros; e 19% informam que o obstáculo é conciliar trabalho com estudo. A aprendizagem é também um dos meios de resgate da situação de trabalho infantil, conforme apontou a Dra. Dulce. Dados do IBGE mostram que 2,778 milhões de adolescentes, de 14 a 17 anos, estavam em situação de trabalho no Brasil em 2014. Porém, apenas 503 mil estavam trabalhando de acordo com a Lei da Aprendizagem, sendo 212 mil na condição de aprendizes e 291 como empregados não aprendizes. Os 82% restantes estavam em trabalho sem proteção social, fora da escola e nas piores formas de trabalho infantil. Assim, o trabalho desenvolvido pelas entidades proporciona aos adolescentes e jovens um período de qualificação profissional articulado entre teoria e prática, um certificado do curso no qual ele foi matriculado, formando então profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho.

Com relação ao Projeto nº 10.088, acreditamos que é bem pertinente, sim, ao atual contexto. Mas, além das sugestões da Dra. Dulce com relação ao art. 432, gostaria de sugerir que seja alterado o texto da seguinte forma: "(...) desde que o aprendiz seja maior de 18 anos e tenha concluído o ensino médio". Sugiro ainda, Deputado Izalci, que se possa pensar não só em alterações da lei, mas também nas formas de ampliação no que diz respeito ao cumprimento das cotas. Acho muito válida a proposta do art. 29 da Lei nº 8.666, pedindo para as empresas que participam das licitações nos órgãos públicos apresentem esse comprovante do cumprimento da cota de aprendizagem. Isso é muito válido. Mas,



além dessas alterações, é necessário também pensar na execução dos programas de aprendizagem, para que eles não sejam precarizados.

Existe hoje a Portaria nº 401, de 2016, do MEC, que faculta às entidades privadas de ensino superior ofertarem os cursos de aprendizagem. Existe essa preocupação, porque hoje nós entidades ofertamos esses cursos de forma gratuita, priorizando o público que está em vulnerabilidade. Então, há a preocupação de que a aprendizagem seja precarizada ou vire um comércio, com venda de vagas. Eu acho que essa é uma informação bem importante para que possamos discutir mais a questão e ampliá-la.

Também se torna fundamental o papel dos auditores fiscais do trabalho. Atualmente, nós sabemos que o quadro dos auditores está muito aquém do necessário. Para que seja possível garantir a qualidade e a ampliação, é preciso que haja mais auditores, inclusive para que possam fiscalizar a execução desses programas de aprendizagem.

Com relação à reforma do ensino médio — eu sei que que a próxima mesa vai falar mais um pouco sobre isso —, eu queria deixar algumas questões e alguns pontos que ainda precisam ser esclarecidos.

Como se dará a articulação entre a teoria que o aprendiz recebe nas entidades, nos cursos de aprendizagem, e como serão contabilizadas essas horas dentro do itinerário formativo de qualificação profissional? Como será feito o aproveitamento da carga horária dos adolescentes que iniciam o ensino médio e já estão em um programa de aprendizagem? Nem todo adolescente vai iniciar o programa de acordo com o período escolar. Haverá então várias rotatividades durante o ano. Lembre-se que ela se inicia aos 14 anos.

Outra informação também acho pertinente. Até aproveito a presença da Eline aqui. Trata-se de saber como está o diálogo com os Conselhos de Educação, se o MEC está dialogando em relação a isso, se está pensando a respeito de como se vai dar a regulamentação no caso das entidades que também executam programa de aprendizagem. É importante envolver as entidades formadoras. Temos buscado, há muito tempo, esse diálogo com o MEC, com os conselhos, para que possam nos incluir nas discussões, porque nós estamos mais ligados a essa parte prática. Algumas coisas precisam ser melhor detalhadas, regulamentadas, para que isso não fique aberto e cada Estado atue de uma forma.



Hoje, a aprendizagem já tem um normativo. O Cadastro Nacional de Aprendizagem regulamenta os nossos cursos, que por ele são validados. Outros órgãos também fiscalizam as entidades, como o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Conselho de Assistência Social.

Nós temos também outra preocupação, a de que o estudante porventura não venha a escolher o eixo de formação profissional. Como ficariam esses casos? Para o ensino superior, talvez haja outra abordagem. Esse estudante não poderia ser aprendiz? Então, acho que é importante também detalharmos e debatermos mais como são essas situações práticas, em favor dessa adequação.

Aproveito a oportunidade também para pleitear que desta audiência já consigamos sair com uma data marcada para nos sentarmos com o próprio MEC, com a SETEC, com o Conselho de Educação, com o Conselho Nacional de Educação, que vai ter um representante aqui hoje, com as entidades, para que possamos debater e pensar numa normatização que venha a atender todos os aspectos e priorizar principalmente os aprendizes.

Nós sabemos que os programas de aprendizagem contribuem efetivamente para a permanência e o sucesso escolar dos adolescentes e jovens, eleva o poder aquisitivo das famílias e proporciona uma formação integral para o mundo do trabalho.

São essas as minhas contribuições.

Agradeço a oportunidade de participar desta mesa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço a Tatiana Gomes.

Passo a palavra a Mônica Batista Vargas de Castro, Gerente de Operações das Regionais Norte e Centro-Oeste do Centro de Integração Empresa Escola — CIEE, última palestrante desta mesa.

A SRA. MÔNICA BATISTA VARGAS DE CASTRO - Bom dia a todas e a todos.

Ao cumprimentar o Deputado Izalci, cumprimento os demais integrantes da Mesa.

Eu represento o CIEE, mas aqui, na realidade, estou representando as entidades sem fins lucrativos que conduzem a aprendizagem para os nossos jovens no dia a dia. Já que o tema se refere a jovens, a adolescentes, nós queremos apresentar um cenário a respeito desses jovens. Não adianta falarmos sobre um projeto de lei que vai impactar a juventude



sem mostrar o que ela pensa. Então, nós queremos, com esta apresentação, ilustrar um pouquinho o que está pensando a juventude.

(Segue-se exibição de imagens.)

Recentemente, no período de abril e maio de 2018, o CIEE fez uma pesquisa com estagiários e aprendizes. Detectamos que 76% dos estagiários e dos aprendizes afirmam que as empresas deveriam priorizar sim a contratação deles. Vejam, 76% desses adolescentes estão ansiosos pela inserção no mercado de trabalho.

Cinquenta e oito por cento dos estagiários e aprendizes estudam e já estudaram mais do que a própria mãe, ou seja, a escolaridade deles está num nível mais elevado do que o da própria formação familiar. Isso também é relevante. Entendemos que são pessoas que vão formar opinião dentro de uma residência. Elas já têm uma escolaridade elevada e precisam sim da empregabilidade.

Noventa e três por cento dos aprendizes e estagiários afirmam que o Governo — Deputado Izalci, vai aí um pedido dessa adolescência — deve sim promover políticas públicas a respeito dessa inserção no mundo do trabalho. É importantíssimo entender o que o adolescente está pedindo. Está pedindo um processo de inserção no mundo do trabalho. É isso o que eles vêm dizendo. Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, temos buscado a sensibilização em relação a isso.

Qual é o cenário da juventude? Hoje nós também estamos debatendo a questão da reforma do ensino médio. O cenário da juventude e a reforma do ensino médio abrangem essa questão da criação do novo currículo baseado em competências. Entendemos que isso já é um chamamento para o mundo do trabalho. Essa busca de teoria e prática é um avanço educacional em nosso País, e a reforma precisa garantir que haja a conclusão do ensino médio. Isso é prioritário.

Falamos muito sobre evasão escolar. Queremos então chamar a atenção para a permanência desses adolescentes, desses jovens na escola. Isso é uma prioridade para nós. Faço um adendo a respeito da questão da aprendizagem. Entendemos que a aprendizagem evita sim evasão escolar. Isso é importantíssimo. Percebemos que as entidades formadoras, no dia a dia, no seu trabalho, identificam que há sim redução da evasão escolar a partir do momento em que os adolescentes estão inseridos na aprendizagem.



Nós trouxemos o resultado de uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que mostra a taxa de desemprego por idade, por faixa etária. A dos 15 aos 29 anos — é a do nosso público hoje, a respeito do qual estamos conversando aqui —, a de 30 a 54 anos, e a média do Brasil. Vemos que ainda há a questão do forte desemprego incidente sobre a faixa etária que hoje é trazida à nossa discussão, referente ao público jovem.

Este é um gráfico comparativo que separa a questão da idade. Existe, no caso, a de 15 a 64 anos, a de 25 a 54 anos e a de 15 a 24 anos. Alerte-se novamente que esse nosso público de adolescentes está com um processo de empregabilidade baixo. Instalada a crise — no período da crise, houve uma queda drástica da empregabilidade —, eles são os primeiros a sofrer.

A aprendizagem vem como uma resposta a esse problema de empregabilidade. O cenário foi posto, e os adolescentes precisam ser inseridos. Quanto à evasão escolar, há uma incidência muito alta de trabalho infantil, como a Procuradora disse. Que resposta podemos apresentar? Aprendizagem. A aprendizagem pode sim ser uma resposta em favor da solução desses problemas que a juventude vem enfrentando.

Eline Nascimento, do MEC, já contextualizou o que é aprendizagem. Vou avançar um pouquinho, devido ao tempo.

Falamos sobre a Lei de Aprendizagem, e ela já contextualizou bem a questão. O contrato é por tempo determinado, não superior a 2 anos. Há algumas condições que requerem a observância da concomitância. Teoria e prática são importantes. Eu não vou me alongar muito, falar sobre a lei em si, até para que possamos entrar num dado muito importante sobre a aprendizagem. Qual é o cenário hoje da aprendizagem? Considerando os números do Centro de Integração Empresa-Escola — CIEE, em relação ao qual estamos conduzindo esta apresentação, entendemos que o público da aprendizagem, adolescentes, segundo a lei, de 14 a 24 anos, está hoje concentrado em 94% nas escolas públicas. Segundo pesquisa, 52% são do público feminino, 58% são adolescentes (prioritariamente os adolescentes são atendidos), 87% não têm experiência. Novamente vem então uma resposta: inserção no mundo do trabalho.

Vejam que 87% não têm experiência. O que será desses novos adolescentes se não tiverem aprendizagem? O mercado hoje pede experiência. O mercado vem ao encontro exatamente disto, da experiência. Ele vem responder à questão da experiência que o



mercado tanto pede. E, no Programa Aprendiz, durante a aprendizagem, isso não é cobrado, eles vão adquirir experiência.

Um dado importante chama a atenção: em relação a 43% desses adolescentes, a renda familiar é de até um salário mínimo.

Esse é o cenário do nosso País.

Hoje, atendemos prioritariamente as escolas públicas, adolescentes oriundos dos CRAS, dos CREAS e também a demanda espontânea, assim como as entidades sem fins lucrativos.

Os números do Programa Aprendiz. Quem contrata aprendiz? Sabemos que a cota é de 5% a 15%. O.k., é a legislação. As empresas que mais estão concentrando o volume de contratação são as empresas privadas. Eu vou aproveitar a oportunidade para incluir uma sugestão à administração pública, no sentido de que abra as suas portas para essa contratação. Ela tem potencial para contratação de adolescentes. Percebemos que o percentual ainda é pequeno. Ela pode colaborar com esse processo de inclusão sim do adolescente e do jovem no mundo do trabalho.

Vemos agora esta divisão por segmento. Ela foi extraída dos números do CIEE. Hoje, nós temos 76 mil aprendizes espalhados por todo o País.

Também peguei uma colinha do Ministério do Trabalho. Vou repassá-la porque a doutora do MEC já falou a respeito. Só quero ressaltar uma importante informação que a Tatiana sinalizou. Em 2005, de acordo com o decreto, entidades sem fins lucrativos entraram na aprendizagem. Antes, havia a aprendizagem a partir do Sistema S, e as entidades sem fins lucrativos puderam absorver os aprendizes dentro da sua qualificação profissional, a partir de 2005. Conseguimos perceber que as entidades sem fins lucrativos puderam ofertar um número maior de vagas, em parceria com outros que já trabalhavam dentro do programa. Percebemos um crescimento exponencial na aprendizagem. Esta imagem mostra o potencial de contratação. Se nós percebemos que o potencial de contratação é de 939 mil vagas para aprendizes, e ainda há um universo de 386, o que nós já podemos desenvolver? Isso vai ao encontro da nossa próxima sugestão, Deputado Izalci — aqui entra um pouco a fala da Tatiana, do CESAM —, que é proporcionar um aumento do número de fiscais. O número de fiscais que se encontram à disposição hoje para fiscalizar o cumprimento da cota ainda é muito pequeno. Então, é importante valorizar a área, aumentar o quadro, para que se faça cumprir uma exigência que é legal.



Este quadro está quase ilegível — o arquivo está em PDF —, mas é também do Ministério do Trabalho. Esse é um dado que mostra a divisão dos aprendizes admitidos em 2017 nos segmentos. Nós percebemos que há uma divisão por segmento. Há os aprendizes da área do comércio, da indústria, sim, mas há os da área de serviços também. Há uma divisão, e o mercado pede por outras áreas. A área administrativa existe em todo tipo de empresa. Se nós pensarmos numa grande indústria, ela tem área administrativa; se nós pensarmos no comércio, ele tem área administrativa. Por que há tantos cursos superiores de Administração abertos? Provavelmente porque há um estudo de mercado.

Em relação ao ensino médio, rapidamente quero acrescentar que o CIEE hoje conduz capacitação em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Nós consideramos o mundo trabalho, a princípio com módulos iniciais, para prepararmos esse adolescente, esse jovem, na sua inserção. Ele ainda é muito novo. É necessário promover o nivelamento quanto a conhecimentos básicos, com uma educação de nível básico, como a lei prevê. Isso é importante por conta da idade. Não há que se pensar que temos de avançar quando se trata de um adolescente de 14 anos. Nós precisamos sim falar de conhecimentos básicos, até para que, depois desse momento de aprendizagem, ele possa de fato ser inserido como funcionário daquela organização.

Nesta imagem apresentamos um pouquinho os nossos módulos, as cargas horárias. Eu vou avançar um pouco.

Quanto aos benefícios da aprendizagem, eu acho que isso já ficou claro para todos.

O impacto social. Isso é muito importante. Nós falamos novamente sobre esse jovem. Qual é o impacto social desse programa para ele? Nós fizemos uma pesquisa que mostra que 97% dos jovens atribuíram à aprendizagem a melhoria no desenvolvimento profissional. Então, faz avançar sim a questão da inserção, porque eles melhoram profissionalmente. Eles afirmam que a renda familiar foi ampliada. Informam que houve melhoria na autoestima, que aumentou a percepção dos seus direitos. Não se fala só de profissionalização, mas também de cidadania, de empoderamento, de protagonismo. Inclusive, o novo formato do ensino médio diz que eles têm que ser transformados em protagonistas. O programa contribui para reflexões críticas, experiências na vida diária. Eles se tornam mais comunicativos. Isso é muito importante para o mundo do trabalho.

Aqui se mostra o que acontece com esse aprendiz enquanto é aprendiz. Ele passa a ser mais articulado com vários meios.



Há as nossas sugestões. Eu aproveitei para sinalizá-las durante a apresentação. Quero apenas acrescentar a questão das licitações, quero fazer um reforço. Nós precisamos exigir que as empresas participantes das licitações mostrem que são cumpridoras de cota, apresentem declarações e certidões negativas. Há lei federal sobre cota. Elas têm que apresentar que estão em situação regular quanto ao cumprimento dessa lei. E hoje isso não acontece.

Também sugerimos aqui, Deputado, que, quando uma empresa for buscar um financiamento no BNDES, no Banco da Amazônia, no Banco do Nordeste, ela também comprove que está cumprindo o item sobre a cota de aprendizagem. Essa é uma sugestão.

Para a próxima mesa, há a sugestão de se considerar a carga horária da aprendizagem como a carga horária do Itinerário 5.

Este é um exemplo de boa prática. A Prefeitura de Sorocaba já faz isso. Uma lei exige que, quando a Prefeitura for contratar algum serviço, a empresa precisa comprovar que cumpre essa cota. Já existe essa boa prática.

Vou concluir dizendo que a aprendizagem é sim respaldada por uma legislação. Ela visa garantir direitos da juventude. Isso é prioritário. O principal objetivo dela é oportunizar ao jovem o acesso ao mundo do trabalho. Ela também combate o trabalho infantil, ela acompanha essa questão, ela evita isso e também combate à evasão escolar. Isso é muito importante.

Eu agradeço a todos a oportunidade.

Agradeço à Mesa.

Agradeço ao Deputado.

Bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço aos expositores.

Nós vamos desfazer a primeira mesa e chamar imediatamente os palestrantes da segunda mesa.

O SR. HIGINO BRITO VIEIRA - Poderemos fazer comentários sobre esta rodada?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Ao final, isso poderá ser feito. Assim é melhor. Poderá ser considerado todo o contexto.

Convido para compor a segunda mesa Hebertty Vieira Dantas, Coordenador de Educação Profissional da Paraíba, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED. (*Palmas.*)



Essas palmas estão muito desanimadas. *(Risos.)*

Convido o nosso Reitor do Instituto Federal de Brasília — IFB, Wilson Conciani, representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica — CONIF. *(Palmas.)*

Convido Antônio Alves Mendonça Junior, Coordenador Nacional de Aprendizagem da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho. *(Palmas.)*

Convido João Bittar Netto, representante das entidades sem fins lucrativos no Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional — FNAP. *(Palmas.)*

Convido, por fim, Jailda Pinto, Procuradora do Trabalho da 6ª Região e membro da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente — COORDINFÂNCIA. *(Palmas.)*

Antes de passar a palavra aos expositores, vou conceder 3 minutos ao Sr. Higino, representante do Ministério do Trabalho, para que faça algumas considerações rápidas sobre o que foi dito aqui pela primeira mesa.

O SR. HIGINO BRITO VIEIRA - Deputado, muito obrigado por me conceder este tempo. Eu não poderia sair desta audiência sem fazer algumas considerações sobre o que foi tratado pela primeira mesa.

Para iniciar, eu gostaria de parabenizar a Secretária Eline. É muito bom ver o Ministério da Educação falar da aprendizagem com tanta propriedade. Para nós, é extremamente importante. Isso só reforça esta nossa agenda conjunta para discutirmos a aprendizagem da forma mais próxima possível.

Existem algumas considerações que precisam ser feitas, Presidente, sobre o que aqui foi mostrado. Existem algumas propostas de alteração do projeto de lei, e nós nos sentimos, como representantes do Ministério do Trabalho, na obrigação de tecer algumas considerações. Sim, o que foi apontado pela Secretária Aline é um dos nossos maiores desafios: a aproximação e o convencimento do empresariado para que ele não enxergue a aprendizagem como despesa, e sim como investimento. Nós temos analisado os dados da aprendizagem dos últimos anos, sobretudo do ponto de vista dos egressos. O que aconteceu com os aprendizes após o ciclo da aprendizagem? Não diria que os resultados nos deixam preocupados, diria sim que nos deixam um pouco inquietos no que diz respeito à efetividade da aprendizagem que hoje está sendo implementada.



Aqui eu deixo o meu recado de preocupação e minha intervenção no intuito de que saíamos da zona de conforto, para que pensemos a aprendizagem sob a ótica da atividade-fim do mercado de trabalho. O que foi citado aqui acerca da grande concentração na área administrativa merece sim um destaque, merece sim uma atenção. Essa é uma tecla em que estamos batendo há algum tempo já. Nós concordamos com ela, pois a aprendizagem tem sim que conversar com a atividade-fim das empresas.

Eu gostaria de fazer menção ao comentário da Dra. Dulce, do Ministério Público do Trabalho. Ela foi muito feliz no comentário que teceu acerca da responsabilidade da empresa na indicação da ocupação do aprendiz. Precisamos ter mais iniciativas como essa, Deputados, mas trazendo também para essa discussão o empresariado. Precisamos, inclusive, interiorizar essas ações, levar Brasil afora essas discussões, trazendo o empresariado para dentro desse diálogo, porque não existe aprendizagem se não houver carteira assinada. Pelo menos sob a ótica do Ministério do Trabalho, da aprendizagem profissional, do contexto em que aqui estamos inseridos, não podemos falar de aprendizagem se não estiver muito clara a questão da Carteira de Trabalho assinada, o contrato especial de trabalho, que aqui foi mencionado algumas vezes. Portanto, nós temos que lembrar a aprendizagem como educação sim, mas não podemos nos afastar do conceito que aqui se considera, o de que a aprendizagem requer contrato de trabalho especial.

Na análise que estamos fazendo sobre os egressos da aprendizagem, nós temos alguns números. Isso já foi apresentado no Fórum Nacional de Aprendizagem. Eu farei apenas um comentário. Nós temos uma boa aderência no mercado de trabalho pós-aprendizagem, mas os números ainda são pouco expressivos no que diz respeito à manutenção na própria empresa ou na própria ocupação, por exemplo, o que nos faz refletir exatamente se a aprendizagem está se comunicando com o mercado de trabalho. Essa é uma discussão que nós, enquanto atores interessados na aprendizagem profissional, temos que ter no nosso radar, sem sombra de dúvida.

Eu queria fazer uma observação sobretudo no que diz respeito à importância da fiscalização, da auditoria fiscal do trabalho, que nessa mesa está representada pelo Antônio e que foi citada algumas vezes pelos palestrantes. Mais de 50% dos aprendizes que hoje estão no mercado de trabalho — essa ressalva é muito importante — foram e são inseridos por ação de fiscalização. O que isso significa? Significa que ainda temos muito o que fazer,



que ainda temos muito trabalho a realizar para convencimento do empresariado, para convencimento do setor produtivo, quanto à ótica da aprendizagem como investimento. Então, aqui também fica o meu registro de apoio a esse pleito de aumento do número de auditores fiscais do trabalho, para que essa fiscalização possa ser feita mais de perto. E fica sobretudo esse reconhecimento, Deputado, porque estamos falando de uma política pública de grande importância para a juventude, mas que ainda hoje tem números relevantes de encaminhamento por meio de ação fiscalizadora e não de ação voluntária. Isso merece uma atenção sobretudo dos atores que estão aqui discutindo essa matéria.

Não resta dúvida de que é de suma importância a construção do currículo com aderência no mercado de trabalho, como foi citado. Nós procuramos levantar esse debate no Ministério do Trabalho, nos fóruns, nas reuniões do Fórum Nacional de Aprendizagem. Isso é algo que nós estamos buscando. Portanto, deixo registrada a nossa disponibilidade quanto a toda e qualquer ação dessa natureza.

Ressalto que o MEC tem assento no Fórum Nacional de Aprendizagem. Aqui fica o convite público, Secretário, para que o MEC se faça presente nas próximas reuniões do Fórum Nacional de Aprendizagem, do qual nós fazemos parte.

Ressalto a importância da aprendizagem profissional — sobretudo no dia de hoje, o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil —, que é a maior alternativa, reconhecida internacionalmente, ao trabalho infantil.

Enfim, é importante a contextualização da aprendizagem. Deixo essa nossa observação e manifesto, neste dia de tamanha importância, a nossa solidariedade. Acredito que não tenha sido coincidência — se foi, foi uma feliz coincidência — estarmos tratando desse tema neste dia tão relevante.

É importante também fazermos uma observação acerca do que foi falado pelo SENAI, com essa visão de futuro, de Indústria 4.0. Enxergamos sim essa importância, enxergamos sim essa necessidade e ficamos aguardando, ansiosos, a apresentação de resultados do SENAI no que diz respeito à aproximação da aprendizagem a essas atividades que aqui foram postas como atividades não somente do futuro mas também do presente.

Para concluir, eu gostaria de expressar meu apoio total e irrestrito à inserção da exigência do cumprimento da aprendizagem no caso de toda e qualquer empresa que participe de licitações. Acredito que isso é algo que nem deveria fazer parte de um projeto de lei, até porque, para que uma empresa participasse de licitação, ela teria que estar



cumprindo toda a legislação. Nós temos que parar de falar da aprendizagem como um programa. Temos que falar da aprendizagem como algo a ser perseguido, temos que falar da aprendizagem como matéria de legislação vigente que aqui está sendo discutida e que tem grande relevância no que diz respeito ao impacto de estratégia de futuro de país, ao jovem que mais necessita, ao vulnerável e àquele que pensa em dar um passo na direção do futuro.

Seriam essas as considerações que eu queria fazer aqui.

Não vou poder ficar para a segunda mesa. Então eu me despeço.

Eu peço desculpas por ter feito essa intervenção, Presidente, mas, como o Ministério do Trabalho foi citado por praticamente toda a mesa, achei que não poderia sair daqui sem dar uma palavra final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu só quero aproveitar a oportunidade, Higino, para lhe fazer uma pergunta. Tradicionalmente, quem tem participado das reuniões desse fórum nacional?

O SR. HIGINO BRITO VIEIRA - Os membros do fórum, que é composto por entidades sem fins lucrativos, por confederações, pelo Sistema S, pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - E eles têm participado? Todos participam?

O SR. HIGINO BRITO VIEIRA - Todos, todos. A participação é bem interessante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Bacana.

Eu lhe agradeço.

O SR. HIGINO BRITO VIEIRA - Só para complementar, faço um pleito no sentido de que o senhor se engaje, caso julgue pertinente e necessário, à nossa causa. A Dra. Dulce está aqui presente, assim como a Dra. Jailda. Nós fizemos o lançamento de uma espécie de força-tarefa, unindo o Ministério do Trabalho; o Tribunal Superior do Trabalho — TST, por intermédio da Ministra Kátia; o Ministério Público e o Congresso Nacional, na ocasião representado pelo Deputado Antonio Bulhões, do Estado de São Paulo, presidente de uma frente parlamentar nessa área. Essa força-tarefa é de extrema importância para que possamos prosseguir tratando com propriedade e com responsabilidade desse tema de tamanha relevância.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado pela participação.

Passo a palavra primeiramente a Jailda Pinto, Procuradora do Trabalho da 6ª Reunião, que pediu prioridade porque tem um compromisso em seguida.

A SRA. JAILDA PINTO - Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento toda a mesa ao cumprimentar o Deputado Izalci, a quem parabenoza pela pauta sobre educação, que realmente é o caminho para o desenvolvimento do País, o caminho para excluir esse quadro de discriminação, de violação dos direitos humanos, no caso do trabalho infantil. A educação é o grande caminho para a exclusão dessa prática que viola direitos de crianças e adolescentes desde muito tempo.

A história mostra que pessoas foram escravizadas durante muito tempo e que, mesmo com o fim da escravidão, a herança escravocrata ficou presente no País. Os trabalhadores foram colocados para fora dessa atividade nociva, mas não foram acompanhados de políticas públicas de qualificação profissional. Então, a esses profissionais foram reservados o trabalho informal e as piores vagas, desde muito cedo. Seus filhos também começaram a trabalhar na rua. Posteriormente, eles começaram a trabalhar em fábricas, muito novos. Essa é uma herança que nós precisamos desconstruir.

Devemos sempre falar a respeito de educação, de política pública, de aprendizagem, para tirar essas crianças e esses adolescentes dessa situação de violação. Isso causa vergonha a um país como o Brasil, que se comprometeu internacionalmente em eliminar, até 2016, as piores formas de trabalho infantil, que são ainda mais nocivas. Nós sabemos que o trabalho oferece riscos inclusive para os adultos. Imaginem o trabalho exercido por crianças e adolescentes, que não têm seu corpo nem seu psicológico totalmente formados. O trabalho impõe um risco a essas pessoas.

Então, nós temos que ver a aprendizagem como um caminho. Essa política pública pode promover a transformação da vida das pessoas, das famílias.

Foi trazida aqui a informação de que a renda familiar desses adolescentes envolvidos na aprendizagem é de até um salário mínimo. A aprendizagem também traz uma transformação na renda e na vida dessas famílias. Famílias, muitas vezes, são culpabilizadas por permitirem o trabalho infantil. Essa temática perpassa por um olhar para essas famílias, que também, nas idades próprias, tiveram seus direitos violados. Integrantes dessas famílias também não tiveram acesso a creches, à educação, à qualificação profissional, sofrem então essas consequências. E, como não receberam isso,



não conseguem oferecer aos seus filhos o valor da educação, porque também a isso não tiveram acesso. Dessa forma, perpetua-se o ciclo da pobreza. Nós sabemos que o trabalho infantil existe num cenário de pobreza e vulnerabilidade das famílias. Não há trabalho infantil naquelas famílias em que os pais podem sustentar seus filhos. Uma violação puxa a outra e perpetua essa chaga para um país, que causa vergonha.

Pessoas dizem que é melhor trabalhar do que roubar, dizem que o trabalho infantil seria uma solução para a criminalidade. Mas eu preciso informar que estudos já foram feitos e mostram que mais de 90% dos adolescentes que cometem atos infracionais passaram pelo trabalho infantil e estavam fora da escola quando os praticaram. Há estudos também muito sérios do UNICEF que relacionam estes dados — alto número de gravidezes precoces e de homicídios de jovens — às pessoas que foram submetidas a trabalho infantil. São muitas as violações.

Há o mito de que o trabalho infantil dignifica. *"Eu trabalhei, e não morri."* O trabalho infantil mata! Há estudos que revelam que, em 10 anos, mais de 40 mil crianças e adolescentes sofreram acidentes de trabalho graves. Houve muitas mortes, amputações de mão. São pessoas que ficam marcadas para o resto de suas vidas, com sequelas do trabalho infantil.

Temos então que considerar a aprendizagem como um caminho. Eu tenho certeza de que, num país com tanta criatividade, vai ser possível aliar essas mudanças no ensino médio com essa necessidade de aprendizagem. Tenho certeza de que vamos chegar a um consenso.

Precisamos também entender que 8 horas de aprendizagem é muito para um adolescente. Até 18 anos, eles são seres em condição peculiar de desenvolvimento. Permitamos então que eles, até os 18 anos, estudem, pratiquem esportes, desenvolvam atividades lúdicas, recreativas, para que sejam felizes e, depois, continuem sendo adultos saudáveis.

Entendo que a luta tem que ser pela redução desse tempo. Não pode ser 8 horas — 8 horas é muito! Oito horas é para um adulto. Quantos adultos não entendem que 8 horas é muito tempo de trabalho? Alguns podem dizer: *"Mas eles já têm 18 anos, passaram dessa fase. Já podem fazer essa escolha"*. Mas, enquanto forem adolescentes, até 18 anos, vamos cuidar deles.



Eu sempre digo que a criança e o adolescente vão usar aquilo que lhes oferecermos. Então, se colocarmos na frente deles um papel em branco e um lápis comum, eles vão escrever uma frase ou uma história. Se lhe dermos um lápis de cor ou tinta, eles vão fazer um quadro. Se lhe dermos um instrumento musical, eles vão tocar. Mas, se lhe dermos uma arma, eles podem utilizá-la. Se lhe dermos uma ferramenta para o trabalho, eles podem se ferir ou ferir outra pessoa.

Nós temos que dizer, neste País, o seguinte: as pessoas, até completarem 18 anos, são seres em condição peculiar de desenvolvimento e têm que ter menos trabalho e mais estudo, mais esporte, mais lazer e mais tempo livre para pensar quem são, o que querem ser e que profissões querem conhecer. Esperamos que a aprendizagem realmente seja vista com esse elemento de cunho pedagógico. A expectativa de vida no mundo, inclusive no Brasil, se amplia, graças a Deus, a cada ano. Então, vamos ter muito tempo para essa jornada extensa, mas, com os jovens, temos que ter essa preocupação.

Eu preciso dizer também — não quero utilizar mais tempo do que me foi concedido — que o trabalho infantil viola diversos direitos fundamentais. Por esses números que eu trouxe para os senhores e as senhoras, podemos ver que ele viola a saúde, causa acidentes, adoecimentos e também problemas psicológicos. Percebe-se que crianças e adolescentes que trabalham, que têm contato com o mundo do adulto, são pessoas que se isolam, que não têm assunto para conversar com quem é da sua idade. Muitas vezes, eles têm necessidades e preocupações que não são próprias da idade. Então, não conseguem se relacionar com os seus pares. E alguém somente cresce, constitui-se como uma pessoa feliz, quando se relaciona com as pessoas do seu tempo, com as devidas preocupações. Não antecipemos a necessidade de sustento, por exemplo. Se a família não consegue sustentar seus filhos, o Estado tem que vir em seu socorro e implementar políticas públicas eficazes de proteção à infância.

O trabalho infantil também viola o direito à educação quando perpetua o ciclo da pobreza. A criança pobre é filha de pobre, alguém que também começou a trabalhar cedo. O pobre frequentemente sai da escola, porque, por estar mais cansado, o rendimento cai. Se ele consegue concluir, como não teve um ensino de qualidade, não se qualifica para o trabalho e concorre às piores vagas. Noventa por cento das pessoas encontradas em situação de trabalho análogo ao de escravo passaram pelo trabalho infantil. Há muitas violações relacionadas a essa mazela.



Temos que entender realmente que a aprendizagem é o caminho, porque ela permite a frequência escolar e, associado a isso, o primeiro emprego. O mercado exige experiência. Os cursos de qualificação profissional são excelentes, mas é a aprendizagem que traz o registro na carteira. Quando uma pessoa for procurar emprego, vai dizer: *"Eu tenho carteira assinada. Trabalhei naquela empresa. Passei um tempo fazendo aula teórica e aula prática. Eu sei exercer esta profissão com qualidade"*.

Sim, termos cursos voltados à qualificação profissional é uma maravilha, mas tenhamos a aprendizagem como esse primeiro acesso, porque, aliada a ela, vem a frequência escolar e a promoção da cidadania, já que, com a assinatura da carteira, são concedidos direitos previdenciários.

E muitos adolescentes relatam que, quando usam os crachás da empresa, os motoristas dos ônibus param para eles entrarem. *"Eles já não me veem como alguém que cause algum risco. Eu tenho crachá. Eu fui aceito numa empresa"*. Dessa forma, abre-se uma porta até para a socialização.

O que eu achei também muito importante — nós temos sempre que ressaltar — é que, quando eles têm contato com empresas que respeitam seus direitos, que olham para eles como cidadãos, eles têm maior percepção dos seus direitos, sua autoestima e sua capacidade de se comunicar melhoram. E o que tem mais valor no mundo de hoje do que a capacidade de se comunicar, de se expressar? Para adolescentes do atendimento socioeducativo, quem vai dar essa primeira oportunidade de trabalho se não houver uma ação como esta que o Deputado nos traz, no sentido de promover uma discussão para fomentar o oferecimento, pelos órgãos públicos, de vagas para os adolescentes do atendimento socioeducativo, para que, após o cumprimento das medidas, eles tenham uma alternativa que não seja o retorno aos atos infracionais, seja um trabalho, seja uma escola de qualidade?

Muito obrigada a todos pela atenção. Tenham um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Jailda.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Hebertty Vieira Dantas, Coordenador da Educação Profissional da Paraíba, que está representando aqui o Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED.

O SR. HEBERTTY VIEIRA DANTAS - Bom dia a todos. É mania de professor ficar em pé para falar.



Sou da Paraíba e agradeço muito a oportunidade de representar o CONSED. Nós, na Paraíba, fazemos a parte final da oferta do ensino profissional e estamos enfrentando essas dificuldades todas que foram relatadas aqui. Nós conversamos com os empresários, com os nossos alunos, nossos aprendizes. Vou trazer a minha contribuição a respeito disso. Já fiz algumas anotações ali.

De antemão, agradeço a participação e a atenção de todos. Saúdo a Mesa, na pessoa do Deputado autor do projeto de lei.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu gostaria de tentar fazer uma articulação entre o ensino técnico e a integração com o mundo do trabalho, que, dentro do nosso bojo de discussão de lei e de estágio, vale muito, porque nós estamos no discurso de mudança de ensino médio, e nada é mais justo do que engajarmos o ensino profissional nisso tudo.

Na verdade, qualquer aluno, qualquer professor, qualquer cidadão brasileiro sabe muito bem que o ensino profissional sem a parte prática dificilmente vai ser de qualidade. Essa é uma afirmativa verdadeira e muito conhecida. Então, essa articulação com o trabalho é realmente essencial. Nós, como ofertantes finais, percebemos essa realidade, mas também percebemos que existem características legais que já possibilitam isso há muito tempo. As dificuldades são de implementação, de avaliação, de verificação, de supervisão. Esta lei que está sendo proposta vai trazer mais efetividade a isso tudo.

Eu não vou gastar muito tempo falando sobre essas questões, mas, de maneira legal, nós temos, como já foi falado, a Lei da Aprendizagem, que exige que o empregador, ao contratar, matricule o aluno, que tem entre 14 e 24 anos, em um curso de formação metódica. Isso legalmente já está articulado na Lei da Aprendizagem.

Outra coisa que também vale ressaltar é que os empregadores têm a obrigação legal de empregar e matricular em cursos dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem ou ainda de instituições sem fins lucrativos 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos seus empregados. Esse é um número que já existe, já está na lei.

Eu gostaria de ressaltar também que existe, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, uma consideração quando uma instituição ofertante vai organizar o seu currículo de ensino profissional. Ao se organizar esse currículo, o estágio profissional supervisionado, em termos práticos profissionais, em situação real de trabalho, precisa ser considerado. Existe essa informação legal, e nós



precisamos considerá-la quando vamos elaborar um curso. Na LDB, recentemente, na mudança no ensino médio, mais uma vez foi inserido o itinerário de formação profissional, o que demonstra novamente que as condições legais já existem.

Também na LDB, em seu art. 36, § 6º, consta que, *"a critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional"*. A exemplo dessa lei, nós temos um bojo legal que nos ajuda, como ofertantes, a saber o que fazer, nos orienta nesse sentido. Eu até parabeno o Deputado pela iniciativa, porque a intenção dessa lei é fazer isso acontecer de fato. Este debate é necessário por isso. É claro que, diante de uma mudança no ensino médio, é muito pertinente que nós venhamos a discutir isso. O momento certo é este mesmo.

Trago aqui algumas considerações sobre as informações atuais. Nós temos 1,8 milhões de matrículas no ensino médio e em torno de 260 mil alunos estagiários. Na verdade, esse número não representa todos os alunos de ensino técnico, pois considera o ensino médio em geral. Nós estamos falando de um número abaixo de 14% de alunos que estão cursando o ensino técnico, com formação, e fazendo estágios ou programas de aprendizagem. Ressalto que as normas legais não preveem a obrigatoriedade do estágio na trajetória. A legislação orienta, na hora de elaborar o currículo, essa formação, mas não existe uma obrigação disso.

Sobre os aprendizes, é preciso observar também que, em 1 ano, considerando o mínimo da lei, que é de 5%, seria possível contratar 940 mil — quase 1 milhão — jovens, mas nós só tivemos 387 mil contratados em 2017, sendo que nem todos eles estavam cursando o ensino médio ainda. É um número menor que 41,1%. Outra informação importante é que a metade desses jovens entre 14 e 17 anos está realizando atividades de escrituração ou administrativas. Isso já foi mencionado; eu só estou ressaltando mais uma vez.

Outra informação atual é que o ensino técnico de nível médio é modesto no Brasil. Considerando o número de alunos de ensino médio, que é de 9,4 milhões, temos menos de 10% desses alunos em curso com currículo integrado ou em concomitância com o ensino médio. Outro dado relevante é que quase o mesmo número de jovens — 874 mil — conclui o ensino médio e faz curso técnico em subsequência, que é quando o aluno termina o



ensino médio e vai fazer o curso técnico. Então, mais uma vez ressalto a necessidade de formação técnica em curso no ensino médio. Esse dado reforça essa lógica.

Devemos avaliar também o *status* de evasão no ensino médio. Temos 9,4 milhões de estudantes no ensino médio, mas 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola. Na faixa etária de 18 a 24 anos, que é exatamente a que estamos trabalhando aqui com a Lei da Aprendizagem, há mais de 6 milhões de jovens que nem estudam nem trabalham. Será que, por acaso, o ensino técnico articulado com o ensino médio não ajudaria esse jovem a permanecer em sala de aula, a permanecer com a sua formação básica?

Vale ressaltar também, embora já tenha sido mencionado, que, na faixa etária de 14 a 24 anos, o índice de desemprego é alto, o que mais uma vez evidencia a necessidade de debate sobre a qualidade e a efetividade do que já está sendo escrito legalmente.

Nas redes estaduais de ensino, nós estamos nos preparando ou já preparados para essa expansão. A maioria dos Estados está se preparando nesse sentido. Hoje temos em torno de 20% das escolas estaduais com ensino de formação profissional. Não temos dificuldades formais nem para expandir oferta, nem para estabelecer parcerias — é uma afirmativa que fazemos.

Quais são as questões que precisam ser consideradas? Por exemplo, já foi falado do desinteresse das empresas em contratar aprendizes; do custo dessa contratação; do pagamento dos aprendizes; da existência de instrutores e infraestrutura de acompanhamento; da idade mínima permitida para atuar nas áreas de produção; de propostas curriculares com jornada na empresa e na escola — foi questionado há pouco como um aluno que está no ensino médio, que é em período integral, vai ser trabalhador de aprendizagem; e do financiamento da expansão da rede pública, dados os custos mais elevados do ensino técnico.

Esse último ponto é importante, porque, embora estejamos falando de escolas que estão na Suíça, de expansão do ensino profissional, nós estamos falando de dinheiro.

Nós, nos Estados, pensamos nisso também. Nós sabemos que isso tem um custo. Fazer uma escola de qualidade como a da Suíça não é barato.

Nós da rede estadual, que somos responsáveis pela oferta, nos preocupamos com isso, porque a empresa quer um profissional bem formado. Quando nós nos sentamos com o empregador, ele diz: "*O currículo tem que ser assim. O aluno tem que ter esta formação.*"



Existe laboratório na escola dele? Existe esse maquinário para ele testar na escola?" Não existe. É por isso que eu ressalto esse ponto agora.

Existem outras duas questões delicadas que não foram mencionadas até agora, porque somente quem está ofertando é que pensa nelas. Acerca da gestão de pessoas docentes, dada a flutuação de demanda por cursos técnicos, como seria a contratação estadual? É um debate que precisa ser feito também. Além disso, dentro dessa expansão, temos que pensar nos professores da nossa rede estadual. Como é que nós vamos realocar todos os professores que já estão na nossa rede?

Então, é importantíssima a articulação entre os gestores do mundo empresarial e os gestores do mundo educacional, porque, embora haja iniciativas, elas são pequenas, não são efetivas. Elas não são tão grandes assim. Nós temos essas dificuldades quando conversamos com os empregadores em nossos Estados.

Eu fecho a minha apresentação ressaltando que é importante este debate, mas é muito importante também considerarmos os aspectos de qualidade de formação e de financiamento dessa formação. E tem que existir, desde a formação do currículo, desde a formação da matriz, uma articulação com o setor produtivo e o Ministério do Trabalho. Todas essas questões precisam estar em voga.

Agora, não podemos esquecer que o empregador precisa pensar no quanto ele está lucrando com isso, além do interesse dele na formação dos nossos jovens. Temos outras considerações. Foram mencionados, por exemplo, o selo e algumas garantias em relação a licitações, e nós endossamos também essas possibilidades.

Finalizo a minha apresentação agradecendo a atenção de todos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço ao Sr. Hebertty.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Wilson Conciani, Reitor do Instituto Federal de Brasília — IFB.

O SR. WILSON CONCIANI - Bom dia a todas e a todos.

Queria agradecer ao Deputado Izalci Lucas pelo convite e, sobretudo, por esta audiência. O Deputado tem se mostrado um aliado da ciência e da tecnologia e tem feito alguns projetos bastante interessantes, sobretudo na área de desenvolvimento tecnológico. Eu acho que nesse escopo é que nós estamos.

Queria agradecer a presença da nossa Secretária, a minha chefe — obrigado, chefe!



Eu gostaria de falar um pouco em nome dos meus colegas reitores de todos os institutos do Brasil e, talvez, contar algum caso particular do IFB. Eu acho que estamos num momento de discussão bastante forte sobre a reforma da educação, sobretudo no nível médio. É uma reforma que nós pedimos, que nós queríamos, e estamos agora no auge do debate dela, trabalhando para que possamos implementá-la, com todas as dificuldades conceituais e operacionais que isso implica.

No âmbito do CONIF, nós fizemos no ano passado uma discussão de como seriam e quais seriam os nossos desafios conceituais e operacionais. Nós fizemos um livro com o resumo disso tudo e, este ano, entre os dias 7 e 8 de agosto, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, discutiremos como será a operacionalização. Teremos 2 dias de oficinas para botar isso de pé. Para toda a rede federal de educação profissional, nós pretendemos traçar um conjunto de diretrizes. Acho que este é um momento importante para a rede e também para o ensino médio do País.

Nós temos algumas preocupações no que concerne a juntar o ensino médio com a educação profissional. Não é um desafio muito simples. A nossa experiência pregressa, nos anos 70, não foi boa, foi desastrosa. Então, agora precisamos ser bastante cautelosos. Quando falarmos de concomitância, integração, vamos ter calma. Precisamos discutir isso bastante, para, quem sabe, em 2019 ou 2020, começarmos a botar essa coisa para rodar.

Algo que é muito importante e que praticamente todos os institutos federais fazem ao criarem os seus cursos é se sentar com o mercado e conversar. Fazemos isso através de audiências públicas, em que empresários, profissionais e sindicatos apresentam as suas demandas e os seus perfis. Obviamente, esses perfis precisam ser discutidos, debatidos, porque em alguns casos temos divergências. Eu me lembro de uma vez em que discutíamos um curso técnico de edificações, e o pessoal das empresas queria que os meninos calculassem estruturas. Mas isso não é atribuição de técnico, é atribuição de engenheiro. É preciso ter calma. Não podemos ultrapassar os limites daquilo que está previsto em legislação.

Estes são momentos em que nós construímos, inserindo obviamente algumas coisas que em geral não aparecem nas audiências públicas. A Profa. Eline nos lembrou bastante disso, perguntando: *"Quando nós vamos discutir segurança do trabalho? Quando nós vamos discutir legislação trabalhista, para sabermos como nos comportarmos?"* Então, há algumas coisas que vamos inserindo para recheiar esse conteúdo e tornar o profissional



capaz de navegar na sua área, porque não vamos viver eternamente na mesma competência. O mercado muda, o mundo muda; precisamos mudar junto com eles e nos preparar.

Uma coisa que surgiu de novo na legislação e que temos trabalhado de forma bastante obcecada, conseguindo poucos resultados, é a construção de itinerários. A construção de itinerários é fundamental para organizar os cursos, para organizar o mundo do trabalho e para fazer uma formação mais eficaz — vamos dizer assim — do ponto de vista administrativo, porque as demandas não são globais; as demandas são pontuais. Eu posso ter um técnico em eletrônica que vai atuar somente com telefones. Se tivéssemos um módulo de telefones, isso facilitaria bastante a inserção no mundo do trabalho.

Acontece que nenhum dos nossos professores foi formado dessa forma. Todos eles foram formados bacharéis, mestres e doutores da forma mais acadêmica possível. Eles chegam à escola com uma dificuldade tremenda de se encontrar com o mundo trabalho e com os sonhos de terem instalados os seus próprios mestrados e doutorados, porque, afinal de contas, foi assim que eles foram formados.

Então, nós temos uma dificuldade concreta, que precisamos enfrentar, em relação à formação de professores da educação profissional. A nossa legislação — Deputado Izalci Lucas, esta parte compete a V.Exa. — precisa avançar, para que possamos ter, de fato, professores da educação profissional, e não professores que vêm para a educação profissional. Não há nenhum demérito nisso; nós precisamos deles, que estão desenvolvendo um trabalho fantástico na área de inovação. Mas, do ponto de vista da formação profissional, precisamos de mais, de muito mais.

Na rede, nós temos pouca experiência com a aprendizagem, apesar de algumas experiências terem vindo lá dos anos 70, do tempo do PEB. Acho que ninguém ouviu falar nisso além de mim! (*Risos.*)

Mas temos algumas experiências, ainda que poucas. A rede tem dificuldade nesses trabalhos, nesses programas. Enfrentamos alguns problemas burocráticos, algumas dificuldades administrativas, mas temos algumas experiências.

Depois, nós fizemos algumas coisas em Mato Grosso e no Rio Grande do Norte. Não tenho certeza, pois não disponho de todos os dados, mas acho que atualmente só o Rio Grande do Norte e o IFB estão trabalhando com o Programa Jovem Aprendiz. Tivemos 10 ou 15 turmas, juntamente com o sindicato das empresas concessionárias de veículos e com



algumas empresas do setor de logística, como TAM, Leroy, Carrefour, sendo que, no Rio Grande do Norte, isso se deu mais com o pessoal do petróleo.

É um programa fantástico, de enorme sucesso, com um baixíssimo índice de evasão. Isso nos mostra que temos que ampliá-lo, temos que superar as nossas barreiras internas. Com as mudanças que estão acontecendo com os cadastros dos cursos técnicos, surge a possibilidade de o jovem fazer concomitantemente a formação e o curso técnico, o que tem aberto a possibilidade de expansão, embora ainda não tenhamos nenhuma experiência concreta.

Mas uma coisa que chama a atenção é essa questão da evasão: no Programa Jovem Aprendiz, quase não há evasão. Nós começamos a nos debruçar sobre isso e descobrimos uma possível causa: dentre os estudantes que se evadem da nossa rede, 68% o fazem por causas sociais, ou seja, eles não têm capacidade de chegar à escola e ali permanecer porque têm que trabalhar, têm que fazer outras coisas, não têm renda suficiente ou capacidade pessoal de se manter na escola. Não é um problema de aprendizagem, não é um problema ligado essencialmente à relação aluno/professor ou escola/aluno; é um problema social. Estamos agora nos aprofundando nisso. E, como o programa tem uma bolsa razoável, em geral o pessoal fica nele, mas os participantes de mais idade têm alguma dificuldade: alguns já têm família para sustentar, e a bolsa não é suficiente. Ainda assim, é um ponto muito importante, que temos que levar em conta.

Há outra questão que o pessoal já levantou aqui, mas que podemos olhar com um pouco mais de cuidado, porque é importante: a questão financeira. Como é o financiamento disso? Para as empresas, é uma coisa já prevista em legislação o pagamento da bolsa; para as escolas, há alguns custos, e precisamos levar isso em conta.

Na Plataforma Nilo Peçanha, que a Secretaria lançou recentemente, há uma aba que se dedica aos custos. Na rede federal, um aluno nosso custa entre 12 mil e 16 mil reais por ano — uma média de 14 mil reais. Alguém pode dizer: "*Mas esse custo é muito alto, porque o aluno de ensino médio custa 3.500 reais aproximadamente*". Entretanto, esse valor é cerca de um terço do que pagam países como Suíça, Suécia, Alemanha e Finlândia e é um terço do que as nossas escolas privadas, em média, cobram pelo ensino médio puro, propedêutico. Então, não é tão caro assim o que nós vimos fazendo. Nós precisamos é organizar o uso desse recurso e, quem sabe — não é, chefe? —, aportar um pouco mais de recursos. *(Risos.)*



Finalmente, eu queria convidar a todos para o debate que estamos organizando. Nos dias 6, 7, 8, 9 e 10 de agosto, o Centro de Convenções Ulysses Guimarães receberá um encontro da rede chamado Conecta. É um momento de conexão com empresas, de conexão entre os institutos. É um momento de debate, de conhecimento. Na Feira de Estágio e Emprego, temos a expectativa de ofertar 4 mil vagas este ano. Tivemos no ano passado 50 mil visitantes e estamos esperando entre 70 mil e 100 mil visitantes este ano. Algumas grandes empresas já estão aportando os seus estandes dentro do evento para garantir que vai haver contato com os alunos, de modo que estaremos um pouco mais próximos da realidade.

Obrigado, Deputado Izalci. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Sr. Conciani.

Passo rapidamente a palavra para o último expositor da segunda Mesa, o Sr. Antônio Alves Mendonça Junior, que é o nosso Coordenador Nacional de Aprendizagem da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

O SR. ANTÔNIO ALVES MENDONÇA JUNIOR - Bom dia a todos os presentes. Bom dia aos aprendizes. Saúdo a Mesa, na pessoa do Deputado Izalci.

Eu acho interessante começar dizendo por que sou o Coordenador Nacional de Aprendizagem. É um nome pomposo para um auditor fiscal do trabalho. Na verdade, quando eu deixei de ser auditor fiscal do trabalho, ou melhor, quando eu resolvi assumir mais esta atribuição, a de Coordenador Nacional de Aprendizagem, eu saí da minha cidade, deixei a minha família, o meu apartamento, vim para Brasília e não ganhei nenhum centavo a mais por isso. Fiz isso por um só motivo, que acho fundamental começar dizendo: eu gosto da aprendizagem, acredito na aprendizagem. Então, eu vou falar aqui agora do ponto de vista de Coordenador Nacional de Aprendizagem e de uma pessoa que gosta da aprendizagem e que acredita no papel da aprendizagem no Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu quero começar enfatizando algo que a Dulce já disse, que outros colegas já disseram: 12 de junho é o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Por que enfatizar isso? A minha fala, a todo o momento, não desconsiderará o fato de que hoje é o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil e de que a aprendizagem é um instrumento de combate ao trabalho infantil.



Quando dizemos, por exemplo, que a evasão escolar tem um motivo social, na mesma hora nos vem à cabeça a aprendizagem, porque é um contexto em que se exige a permanência na escola regular para se remunerar. Hoje a legislação permite que a aprendizagem remunerada seja parte do ensino médio regular, ou seja, há a possibilidade de se formar mão de obra enquanto esta está sendo remunerada, de modo que ela não vai precisar sair da escola para trabalhar, em regra, no trabalho infantil irregular.

Este número já foi apresentado muitas vezes. É o número de aprendizes admitidos no Brasil desde 2005. A ênfase que foi dada ao fato de que o número cresce quando o decreto inclui as entidades sem fins lucrativos como parte possível dos contratos de aprendizagem é merecida, sim. Mas outro destaque que eu gostaria de dar é à divergência de sentido nestes dois gráficos. Enquanto, de 2005 a 2017, o número de aprendizes admitidos subiu, o índice de trabalho infantil caiu. Em 2006, o número de crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho infantil era de 5 milhões e 560 mil; em 2015, ele chegou a 2 milhões e 600 mil.

No gráfico, há dois dados em vermelho. Eu não vou adentrar o mérito do motivo de eles estarem em vermelho. Eu só quero dizer que os parâmetros utilizados pelo IBGE nesses dois dados foram alterados. Por exemplo, por que em 2016 houve uma queda tão vertiginosa em relação a 2015? Porque se excluiu do conceito de trabalho infantil o autoconsumo. A partir do momento em que a nossa preocupação é com que a criança seja protegida e tenha garantidos todos os seus direitos — à saúde, à segurança, ao lazer, à educação —, nós não podemos excluir o autoconsumo do conceito de trabalho infantil, porque uma criança que trabalha para o autoconsumo também tem esses direitos lesados.

Então, hoje trabalhamos com a noção de que no Brasil há em torno de 2 milhões e 500 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Mas não podemos esquecer que este gráfico segue o sentido contrário ao daquele da aprendizagem de inserção no mercado de trabalho.

Por que apresento isso? Para chegar ao seguinte ponto: segundo dados da PNAD, de 2015, nós temos em torno de 2 milhões e 600 mil crianças em situação de trabalho infantil. Dessas crianças, Deputado, 2 milhões e 200 mil adolescentes têm idade para ser aprendiz. Alguém duvida de que a aprendizagem é um possível instrumento de combate ao trabalho infantil? Eu não tenho a menor dúvida. Se incluirmos 2 milhões e 200 mil adolescentes na aprendizagem, praticamente levaremos o trabalho infantil no Brasil para



patamares de países extremamente desenvolvidos. Em termos de percentual, isso equivale a dizer que 81% das atuais crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil podem ser aprendizes e só 19% não o podem ser.

Diante disso, mais uma vez eu enfatizo o que eu disse que enfatizaria ao longo de toda esta apresentação: nós não podemos esquecer que a aprendizagem profissional tem, sim, finalidade de qualificação profissional — eu não me esqueço disso em nenhum momento —, mas, no Brasil, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, ela não tem só essa finalidade, porque também visa a garantir direitos básicos do ser humano, direitos humanos do ser humano. A aprendizagem profissional tem também a finalidade de combate ao trabalho infantil no Brasil.

Como auditor fiscal do trabalho, toda vez que uma criança ou um adolescente chora na minha frente e diz *"por favor, não faz isso, porque eu preciso do meu trabalho"* — isso acontece muito —, a resposta que eu tenho para ele é: *"Você já tem idade para ser aprendiz. Dê-me seu nome, seu endereço, seus dados, e aguarde uns 10 dias, porque eu vou entrar em contato com as entidades que ministram curso, vou entrar em contato com empresas parceiras e vou inserir você no mercado como aprendiz"*. Então, eu não tenho a menor dúvida de que a aprendizagem é, sim, instrumento de combate ao trabalho infantil, e não só de combate, mas também de prevenção ao trabalho infantil.

Dito isso, vou passar mais detidamente à discussão em torno do ensino médio, que eu acho que é o foco aqui, para dizer que a Lei de Diretrizes e Bases, como foi alterada no ano passado, trouxe essa possibilidade para o ensino médio. Não há a menor discussão em torno disso. A Lei de Diretrizes e Bases deixou muito claro que pode fazer parte do ensino médio o itinerário de formação técnico-profissional.

Então, a lei fez o que precisava ser feito: ao criar uma carga de ensino médio superior à que vinha sendo adotada, ela cuidou de não inviabilizar a aprendizagem. A legislação, nesse momento, cuidou de não inviabilizar a aprendizagem e prosseguiu cuidando disso, dizendo, inclusive, que o que é parte prática, o que se faz dentro da empresa num contrato de aprendizagem, também pode ser integralizado como carga horária de ensino médio. Então, em torno da legislação, não há discussão do que foi posto na Lei de Diretrizes Básicas.

O grande questionamento que não podemos perder de vista em nenhum momento, como já foi dito por muitos aqui, é o fato de que a aprendizagem profissional é, de acordo



com a possibilidade criada pela Lei de Diretrizes Básicas, no ano passado, um contrato de trabalho que se insere no âmbito do ensino médio, que se insere como possibilidade de carga horária do ensino médio. E obviamente isso pode colaborar muito para que aqueles 2.200 milhões de adolescentes em idade de serem aprendizes, mas que hoje estão no trabalho infantil, se insiram como aprendizes e saiam do conceito de trabalho infantil. Eu não faço a menor discussão em torno disso, que essa possibilidade dá destaque à formação técnico-profissional e possibilita que isso aconteça.

Quando o Deputado apresenta um projeto de lei e prorroga, cria possibilidades de contrato de aprendizagem de até 3 anos, estamos mais uma vez caminhando nesse sentido. Precisamos agora fazer duas leis dialogarem. A Lei de Aprendizagem diz 2 anos, o ensino médio tem 3 anos. Agora, vamos ter que fazer com que as duas legislações dialoguem. Então, 3 anos está perfeito; valem, sim, os 3 anos. Faço referência à palavra da Eline, que precisou sair. Ela disse com muita propriedade que são 3 anos em que é importante a teoria e é importante a prática. Ela mostrou que, no caso da Suíça, quando chega no segundo ano, o aluno escolhe um itinerário formativo para ele, mas não se desvincula da escola, ou seja, é só a partir do momento em que ele escolheu seu itinerário formativo que ele está fazendo a aprendizagem profissional, porque, até então, ele estava fazendo o ensino médio regular da Suíça. Aqueles 2 primeiros anos, a Suíça considera como ensino médio regular. A apresentação mais detalhada da Eline mostra isso com toda a clareza. É a partir do terceiro ano que a Suíça considera que o aluno está em aprendizagem profissional.

Por que eu estou dizendo tudo isso e enfatizando isso? Já existem regulamentações sobre aprendizagem profissional no Brasil. Existe o decreto, existe a portaria. É claro que estou falando de regulamentação, não estou falando de legislação, porque na legislação há a Lei nº 10.097, que alterou a CLT; agora existe uma proposta de alteração da legislação bastante relevante, já existe uma. Mas agora vamos ter que regulamentar outra questão, que é a aprendizagem profissional no ensino médio. Não podemos esquecer nesse momento que a aprendizagem profissional no ensino médio é trabalho e é educação.

Então, eu acho que esta discussão aqui é fundamental. A regulamentação precisa considerar o que já existe não para fazer igual, mas para fazer melhor. Porém, para fazer melhor, precisamos considerar o que já existe, para podermos alterar sem afetar a política pública, porque, ainda que eu leve bastante pedrada, eu não vou em nenhum momento



deixar de dizer que aprendizagem é política pública que garante diversos direitos da criança e do adolescente, e não só a profissionalização, como querem alguns. É fundamental pensarmos que a regulamentação da aprendizagem profissional no ensino médio não pode dar passos atrás em relação à política pública. Precisamos, sim, fazer adaptações; precisamos, sim, fazer alterações para que sejam compatíveis as duas circunstâncias, mas aprendizagem profissional é política pública voltada para diversos direitos e não só para a profissionalização e não só para a qualificação profissional.

Se durante esses 10 minutos que eu falei aqui eu houver convencido alguém de que aprendizagem profissional não visa estritamente qualificação profissional e que podemos, sim, discutir formas de fazer aprendizagem em funções de futuro, estarei satisfeito. Mas que a implementação dessas novas formas não dê passos atrás, porque são 400 mil vidas de crianças e adolescentes que estão hoje em discussão. Implementar novas formas que deem passos para trás e reduzam a abrangência da aprendizagem é um risco que não podemos correr, porque o Brasil, como diz a propaganda da Copa do Mundo, tem bastante força. "*Junta sua força, Brasil!*" O Brasil tem bastante força. Nós que estamos aqui e somos preocupados com a aprendizagem temos bastante força para nesse momento sentar, discutir e chegar a uma regulamentação da aprendizagem no ensino médio que não dê passos atrás na política pública.

Não tenho a menor discussão em torno disso. Eu gostaria que 50% dos aprendizes estivessem nas atividades administrativas? De jeito nenhum, de jeito nenhum. Eu gostaria que 100% da aprendizagem fosse em função do futuro, eu gostaria que 100% da aprendizagem estivessem... Qual é essa nova profissão? *Influencer* digital. Eu gostaria que 100% estivesse ali, porque essa é uma profissão de futuro. Só que quando formos propor as alterações para alcançar isso, que é um propósito de todos nós, não podemos esquecer em nenhum momento que a aprendizagem garante comida.

Era só isso, gente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Muito bem, Antônio. Agradeço a sua participação.

Como autor do requerimento, primeiramente, eu gostaria de apresentar minhas observações. Mas, antes, eu informo que o Deputado Caio Narcio, também proponente desta audiência, encontra-se hospitalizado em São Paulo por causa de uma meningite



grave e não pôde estar presente conosco. Ele foi nosso Presidente aqui da Comissão de Educação e tem um papel fundamental nesta discussão.

Bem, não preciso ser repetitivo aqui para mostrar a importância desta audiência pública. Temos um grande desafio pela frente, que é exatamente o de compatibilizar a reforma do ensino médio à questão do ensino profissional, da aprendizagem, do estágio. Eu já vou pedir à minha assessoria para propor uma Comissão Geral à Câmara, para que façamos um dia de debates no Plenário Ulysses Guimarães sobre esta matéria de tamanha relevância. Os desafios são enormes. Acho que aqui tivemos algumas contribuições, e esperamos ainda melhorar o texto da proposta que estamos fazendo, mas é alarmante o número de alunos que estão ainda sem perspectivas, sem oportunidades. Milhões de alunos da geração "nem nem", como se diz, que são os que nem estudam, nem trabalham, e isso por falta de oportunidade.

Nós temos o mundo real e o mundo virtual. Temos que compatibilizar isso. Temos que colocar uma legislação que seja factível, que seja importante e atrativa para todos. As empresas, por exemplo, não agem com o coração. Não adianta imaginarmos que a tudo que colocarmos aqui vai haver adesão por parte das empresas. Não vai. As empresas agem com a razão. Se houver uma oportunidade melhor em determinado Município, elas vão embora. Nós tivemos grandes problemas com a guerra fiscal, aqui mesmo no Distrito Federal. Grande parte das nossas empresas foram embora em função de incentivos fiscais de outros Estados, o que era, inclusive, inconstitucional.

O grande desafio foi o que tivemos recentemente, que o Conciani acompanhou. Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Inovação e Pesquisa, e o maior desafio foi colocar inovação na Constituição e mudar o marco regulatório de ciência, tecnologia e inovação. Nós alteramos completamente a lei e atendemos praticamente a todas as sugestões do setor empresarial, do setor acadêmico, das fundações de amparo, de todos os institutos de ciência e tecnologia. Agora, precisa ser praticado. A lei existe. Então, tem que pegar. Há leis que pegam, e há leis que não pegam. Precisamos tornar esta lei mais pública, para que as pessoas possam utilizá-la melhor.

O desafio agora é aproximar das empresas o ensino médio, as instituições de educação, os institutos federais e as escolas públicas que agora vão ofertar ensino técnico. Nós não tínhamos isso. Nossa maior dificuldade é aproximar o pesquisador das empresas. Nós somos o 13º país em artigos científicos. Por quê? Porque isso contribui para seu plano



de carreira. Agora, na transformação desse conhecimento em patente, em geração de emprego e renda, nós estamos nos últimos lugares do mundo. Este é um grande desafio que, com a mudança na legislação, estamos começando a ter perspectivas de resolver. Agora no ensino médio isso ocorre da mesma forma. O grande desafio é aproximar as pequenas e microempresas também dos Institutos Federais e da educação profissional.

Quando fui Secretário de Ciência e Tecnologia, trouxe para minha Secretaria aqui do Distrito Federal a área profissional. Temos aqui mais de 600 escolas, e eram 3 as escolas técnicas, que, no meio de 600, não tinham atenção nenhuma. Conseguimos trazer e dar uma melhoria bastante razoável.

Além disso, foi colocado aqui um grande desafio, que é a formação dos professores. Pela experiência que tive, sei que nós temos que ter professores que estejam na ponta, na fábrica. Não adianta colocar um professor teórico que nunca botou a mão na massa para ensinar. Não tem jeito. Por isso, os melhores professores da nossa época eram exatamente os professores que estavam lá. Os engenheiros que estavam atuando, os profissionais que estavam atuando no mercado, que davam os cursos técnicos. Então, é preciso um grande investimento em formação profissional. Os Institutos Federais — digo isto não porque o Conciani está aqui — são uma referência para nós do Distrito Federal e para o Brasil todo. Por isso que este encontro é importante, para que possamos compatibilizar isso.

Agora, temos que adaptar a legislação do trabalho, os incentivos fiscais. Entre contratar um jovem aprendiz que não tem experiência nenhuma e um empregado que, muitas vezes, até tem curso superior e está desempregado por causa do mercado, que tem experiência, o empresário vai contratar alguém que tem experiência. Então, se não se derem realmente incentivos para que as empresas contratem mais aprendizes, mais estagiários, dificilmente isso vai acontecer. Eu não coloquei esse ponto na minha proposta, porque isso é de iniciativa do Executivo. Quero aqui, porque isso está sendo gravado e transmitido, deixar essa sugestão ao Poder Executivo, ao Governo, para que coloque realmente uma proposta no sentido de dar incentivos às empresas para que elas contratem mais jovens. Não é pelo amor que elas vão fazer isso. Além disso, há a questão de uma consciência pública. Em vez de os governos ficarem gastando com propagandas enganosas, que muitas vezes vendem uma cidade que não existe, esse dinheiro deveria ser gasto, ou melhor, investido em informação para que os empresários tomem



conhecimento da importância disso, principalmente os pequenos e médios empresários, que geram o maior número de empregos no Brasil.

Então, nós temos que compatibilizar o mundo real e o virtual. Temos feito esse esforço. Vou agora fazer a convocação de uma Comissão Mista do Congresso, para que os Deputados possam participar de forma mais ativa, e o Congresso possa assumir mais essa responsabilidade, cobrando mais do Executivo e destinando mais recursos para essa área. O Conciani falou muito bem: é óbvio que o curso técnico envolve muitos mais recursos, mas é um investimento. Minha avó já dizia: "Cabeça vazia é oficina do diabo". Se não se der oportunidade para esses jovens, que são milhões de jovens... Aqui em Brasília nós temos já quase 150 mil jovens que não estudam, nem trabalham. Precisamos ter uma preocupação muito grande com isso.

O Conciani está nos ajudando. Nós estamos lançando agora o Distrito Federal como pioneiro no CDR, que é o Centro de Desenvolvimento Regional. É um desafio para nós transformar este conhecimento que nós temos nas universidades, nos Institutos Federais, transferir esse conhecimento para as pequenas e microempresas, porque grande parte dos nossos microempresários não tem noção de capacitação, de formação. E também capacitá-los através dos Centros Tecnológicos, fazendo com que os micro e pequenos empresários tenham um conhecimento em *design*, para podermos ter matéria-prima apropriada, tenham logística, condições de exportação, a fim de que possam ativar mais as empresas e contratar mais pessoas.

O projeto está aqui, e é evidente que vou receber algumas sugestões para aperfeiçoá-lo. Quero reforçar a importância do Governo, porque envolve o orçamento para que possamos apresentar uma proposta mais concreta e melhor para que as empresas tenham incentivos para realmente optarem pela aprendizagem. E vamos ter que fazer grandes investimentos na formação de professores.

Nós temos que fazer mais isso aqui, essas audiências públicas, como está fazendo agora o Instituto Federal. Precisamos também trazer para essa discussão os sindicatos, as empresas e as escolas. O que estava acontecendo até há pouco tempo, e acho que ainda acontece muito, é que as universidades, as faculdades e as escolas profissionais muitas vezes oferecem cursos que o mercado não está precisando, e muitos cursos que são necessários não são oferecidos. Então, nós temos que compatibilizar isso. Ressalto a



importância da participação do setor empresarial, para que as escolas possam oferecer cursos compatíveis com o que o mercado está exigindo.

Essas eram as minhas considerações.

Gostaria de pedir a todos que contribuam com sugestões.

Antes de passar a palavra para que os participantes façam as suas considerações finais, porque já estamos extrapolando o tempo, eu vou abrir a palavra para duas ou três pessoas, mas, em especial, para a Ana Alencastro, que já se inscreveu para falar. Ela faz parte da assessoria do nosso Deputado Caio Narcio e deseja fazer algumas considerações.

Com a palavra a Sra. Ana Alencastro.

A SRA. ANA ALENCASTRO - Deputado Izalci Lucas, obrigada pela oportunidade.

Eu quero parabenizar os senhores por esta iniciativa. Eu tenho participado de tudo que está relacionado à aprendizagem, por razões óbvias. Eu trabalhei com isso por 12 anos no Ministério do Trabalho. É a primeira vez que eu vejo uma audiência assim, composta de todos os atores, e não apenas de representantes das entidades sem fins lucrativos e do Serviço Nacional de Aprendizagem e do SENAI. Hoje está aqui representado o Instituto Federal, por intermédio do seu Reitor, que também está representando o CONIF, e está aqui representado o CONSED. Isso enriquece o debate, porque na aprendizagem não será uma panaceia que irá resolver todos os problemas.

Nós já vimos que há um público que precisa ser afastado preventivamente do trabalho infantil, como falou muito bem o Dr. Antônio. Mas existe o público da escola pública do Ensino Médio agora, existe o público inclusive da escola privada, que pode querer ter acesso à aprendizagem, existe o público que já tem o Ensino Médio completo e que pode querer fazer um curso técnico subsequentemente.

Então, eu parabenizo esta Comissão por essa iniciativa, acho que ela tem que ocorrer mais vezes. Infelizmente, a Secretária Eline já foi, mas eu queria registrar aqui como é importante essa discussão mais concreta em relação à sinergia da Lei da Aprendizagem com a legislação do Ensino Médio, porque essa legislação já existe há mais de 1 ano. Nós já tivemos muitas iniciativas, com a Dra. Dulce acompanhando, bem como com representantes de muitas das entidades aqui presentes, a exemplo do Dr. Antônio, junto ao Conselho Nacional de Educação, inclusive com o apoio do Deputado Caio Narcio. Também estivemos na Comissão de Educação do Senado. Digo isso porque esses são entes



responsáveis pelo Plano Nacional de Educação, previsto pela implementação da reforma do Ensino Médio.

Eu queria dizer que seria muito importante que o Ministério da Educação participasse do Fórum Nacional da Aprendizagem, ou que desse a chance de os atores, como as entidades sem fins lucrativos, que historicamente trabalham com essa questão da aprendizagem, participarem do debate sobre como vai se dar essa sinergia. Sentimos um pouco de falta disso, no sentido de que ninguém sabe direito como isso vai ser feito, porque as duas leis estão vigentes. Como se articulam?

Nesta oportunidade, nós estamos defendendo uma sinergia mesmo, uma integração com a Base Nacional Comum Curricular e com os itinerários que vão ser criados a partir da legislação.

Eu realmente os parableno por essa iniciativa mais heterogênea, mais rica.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós queremos, inclusive, ampliar um pouco mais. Eu vi nas discussões sobre a defesa das pessoas com deficiência em que se dizia sempre: "Nada de nós sem nós". Não adianta ficarmos discutindo sem aqueles que devem ter participação efetiva na discussão. Então, temos que trazer mais empresários, mais sindicatos. Dessa vez, isso não foi possível, porque o tempo era muito escasso. Por isso, talvez seja necessário convocar uma Comissão Geral para colocarmos isso como prioridade.

De qualquer forma, nós já temos algumas sugestões para o aperfeiçoamento dessa minha proposta. Cito como exemplo a necessidade de o Estado utilizar mais o seu poder de compra e os outros poderes. Acho importante isso ser exigido na licitação, porque é lei, não há o que discutir e reforçar, tem que cumprir, e nós precisamos cobrar mais isso. No caso do selo, que também é uma cobrança, ele é importante para demonstrar que a empresa preserva, incentiva e cumpre as leis.

Portanto, estamos abertos a qualquer sugestão para um maior aperfeiçoamento, mas precisamos estar atentos ao mundo real. Não adianta ficar discutindo só teoria e achar que vai estar tudo certo, porque não vai se não se compatibilizarem também os interesses das empresas, porque o Custo Brasil é altíssimo. E é por isso que perdemos muito. Precisamos compatibilizar isso. Não é difícil. Eu acho que só de colocarmos os itinerários compatíveis com o que está no mercado já ajuda muito, porque perdemos muito.



Quero lembrar que a proposta de 8 horas da educação iniciada e continuada fundamental envolve também a formação não só na atividade prática, mas também na teórica, por isso ela foi ampliada, exatamente no sentido em que foi colocada. Mesmo estando em atividade, o profissional precisa voltar para a escola, reforçar um pouquinho mais a parte prática e tirar algumas dúvidas.

O grande desafio hoje é a formação profissional dos professores. Nós realmente precisamos investir muito nisso e preferencialmente colocarmos muitos professores que estejam no mercado. Na área profissional não tem jeito. Eu acho muito difícil na educação profissional colocar um professor com dedicação exclusiva. Não sei qual a opinião do Conciani, mas pela pouca experiência que eu tive, é fundamental o professor ter prática e estar atualizado. Não adianta ensinar num equipamento que já está ultrapassado. No Brasil acontece muito isso, muitas vezes o aluno se forma utilizando um equipamento obsoleto. Estamos num processo de evolução muito rápido, então é muito importante o professor acompanhar bem a realidade do mercado e preferencialmente estar no mercado, no caso da educação profissional.

Gostaria de conceder a palavra para um ou dois oradores rapidamente. Caso alguém queira fazer algum comentário, basta ligar o microfone e se identificar por meio do nome e da instituição.

O SR. LUCAS BALDISSEROTTO - Meu nome é Lucas Baldisserotto e sou do CIEE do Rio Grande do Sul.

Queria parabenizar a nobre iniciativa do Deputado.

Gostei muito da fala do Antônio, acho que ele foi bastante pertinente.

Gostaria de dar uma sugestão: talvez tenha passado despercebido, mas não ouvi em momento algum o convite ao Ministério do Desenvolvimento Social, que é peça fundamental nesse assunto, dado o público que nós atendemos na aprendizagem, que é de altíssima vulnerabilidade social. Acho que eles também deveriam participar dessa discussão de forma mais efetiva.

Eu não posso me furtar de fazer um comentário sobre a primeira apresentação. Eu sou cidadão suíço e já morei na Suíça. Acho que nós temos de ter um cuidado muito grande quando comparamos a educação do Brasil com países como a Suíça, que tem uma condição completamente diferente da nossa, que tem recursos completamente diferentes



dos nossos. Nós temos de viver dentro de uma realidade possível no nosso País, como inclusive já foi comentado aqui.

Portanto, que tentemos, sim, evoluir, mas dentro da nossa realidade e não termos um sonho, um mundo virtual, como o senhor mesmo colocou, Deputado, que muitas vezes não vai poder ser atingido. Nós temos de pensar que a nossa educação está muito defasada, não só no ensino médio, mas também no fundamental, e que investimentos são necessários para que isso melhore de forma consistente.

Só queria fazer esse registro para efetivamente trabalharmos dentro de uma realidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço-lhe pela sugestão.

Na Comissão Geral vamos poder ampliar ainda mais e chamaremos não só o Ministério do Desenvolvimento Social, mas também o Ministério do Desenvolvimento Econômico, os sindicatos e os SEBRAEs. Vamos chamar todo mundo para essa Comissão Geral. O Ministério do Desenvolvimento Social é importante mesmo, até porque nós vimos a importância da aprendizagem, principalmente na classe de menor poder aquisitivo, pois isso serve também como sobrevivência.

Agradeço-lhe a sugestão.

Mais alguma pessoa gostaria de falar?

A SRA. ELVIRA COSENDEY - Boa tarde! Meu nome é Elvira Cosendey. Sou servidora do Ministério do Trabalho, lotada em Minas Gerais. Pelo Ministério do Trabalho, nós coordenamos o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.

Nós viemos numa luta muito grande para congregarmos todas as entidades de formação profissional no Estado, sempre pautando pela melhor qualidade possível na formação desses jovens através da ação fiscal, cuja coordenadora no Estado é a Cristiane. Portanto, nós temos essa preocupação de fazer uma formação de qualidade, para que os jovens realmente ingressem no mercado de trabalho. Em torno de 36% dos jovens da entidade sem fins lucrativos ingressam realmente no mercado de trabalho.

Já estamos pautando com a Secretaria de Estado de Educação uma discussão sobre a reforma do ensino médio. Procuramos a Câmara Municipal de Ensino Médio e o Conselho Estadual de Ensino Médio para colocar à disposição dos Conselheiros o nosso trabalho, a nossa *expertise* em relação à aprendizagem e com o que pudermos contribuir para que



esse caminho entre a reforma do ensino médio, a alteração na carga horária e a aprendizagem seja o menos traumático possível para os jovens.

Nós temos visto escolas pilotos, com início da formação profissional, em que os jovens estão pedindo transferência para outras escolas que ainda não estão fazendo a reforma, para não perderem a aprendizagem, o salário e principalmente pela qualidade. Hoje muitas vezes a carga horária ofertada pelas entidades de formação profissional ultrapassa a carga horária do SENAI ou mesmo da própria educação do ensino técnico. Nós temos cursos com 800 horas, com 1.200 horas. Então, é preciso saber que a aprendizagem hoje atende a um público vulnerável e que há espaço para todo mundo. Mas, para essa atividade como política pública no Brasil, eu não vejo outro programa senão a aprendizagem para que esses jovens tenham acesso ao mercado de trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Hoje nós falamos muito aqui do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, mas quero lembrar que hoje também é o Dia dos Namorados. Quero aproveitar que a sessão está sendo transmitida para mandar um beijo para a minha esposa. Quem não se lembrou pode fazê-lo também.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo. *(Risos.)*

Concedo a palavra ao Sr. Paulo.

O SR. PAULO - Bom dia a todos e a todas. Eu sou articulador social do SESAN-DF, e também compomos o Fórum de Aprendizagem do Distrito Federal. Nós também estamos com a mesma atividade do Fórum de Goiás. Estamos em articulação com a Secretaria de Educação aqui do Distrito Federal para ver de que forma podemos contribuir também.

Eu vi que foi apresentada muita coisa bacana sobre a aprendizagem, de fortalecimento, de fato. Mas o que eu percebo, em diálogo até com a comunidade, com os jovens em geral e com o MEC, nas últimas trajetórias, tentando entender como nós nos encaixamos nesse processo, é a falta, às vezes, do reconhecimento do que é essa aprendizagem do MTE, que impacto social essa aprendizagem tem, como é que ela se conduz e como nós podemos dialogar melhor com a comunidade sobre o que é a aprendizagem profissional. Quando solicitamos, como já foi falado, a inclusão da aprendizagem profissional nesse novo modelo do Ensino Médio, eu acho que talvez estejamos caminhando para esse reconhecimento, pois já ouvimos, em alguns discursos, que nós não somos da educação, que estamos na linha da assistência. Mas se nós fazemos



esse acompanhamento escolar, se nós temos todo esse respaldo dentro da escola de que o menino tem que estar estudando e tudo, e os números mostram isso, então, como que não somos educação? Talvez esse caminho seja esse reconhecimento do que nós temos passado para esses jovens, tanto o seu desenvolvimento dentro da escola e como um profissional também, independentemente de classe social e tudo mais desse jovem.

Era essa a minha contribuição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vamos passar para as considerações finais.

Concedo a palavra à Sra. Mônica.

A SRA. MÔNICA BATISTA VARGAS DE CASTRO - Quero agradecer o convite ao CIEE e reforçar que é muito importante esse olhar para o jovem, para o adolescente. De fato, nós percebemos aqui que a questão da vulnerabilidade é forte e a aprendizagem pode, sim, solucionar essa questão. É uma resposta forte. Acho que todos convergem nessa solução que é a aprendizagem. Espero que possamos viabilizar processos e projetos para o crescimento da aprendizagem e não para que ela não se desenvolva.

Deixo aqui a minha mensagem em nome do CIEE para o desenvolvimento da aprendizagem para que nós possamos sempre fomentar as discussões para que a aprendizagem se desenvolva, uma vez que já foi mais do que discutido que ela atende, sim, a um público vulnerável e pode, sim, combater uma série de questões que são discutidas no nosso País.

Agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Mônica.

Concedo a palavra à Sra. Tatiana.

A SRA. TATIANA AUGUSTO FURTADO GOMES - Quero agradecer o convite para participação também neste debate.

Quero deixar registrado aqui, embora a Secretária Eline já tenha saído, que seria muito interessante o MEC receber os representantes do Fórum Nacional de Aprendizagem para podermos ampliar um pouco mais esta discussão.

Quero reforçar também, Deputado, que esses pontos que foram levantadas possam ir para esta Comissão ampliada, para que possamos discutir e nos aprofundarmos um pouco mais.



Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Tatiana.

Concedo a palavra à Sra. Dulce, Procuradora do Trabalho.

A SRA. DULCE MARTINI TORZECKI - Também agradeço a participação e finalizo dizendo que o Ministério Público do Trabalho está à disposição, Deputado, para todos os diálogos sobre esta matéria.

Nós já integramos o Fórum Nacional da Aprendizagem. Entendemos que também é um fórum de debates muito importante para avançarmos nessa questão.

Estamos à disposição desta Casa.

Em relação ao projeto de lei, encaminharemos uma proposta. Fiquei analisando, durante esta audiência, o que está aqui. Vamos apresentar por escrito, então, as nossas sugestões.

Obrigada e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço.

Concedo a palavra ao Sr. Hebertty, do CONSED.

O SR. HEBERTTY VIEIRA DANTAS - Gostaria de agradecer também a participação e ressaltar os detalhes em relação a quem está ofertando na ponta. Ressalto a importância que se deve dar a este debate, inclusive aos debates da Base Nacional. Já deixo solicitação ao MEC também para que inclua efetivamente esse debate lá e que consiga também debater como ficaria essa oferta nos Estados diante das nossas limitações estaduais, para que isso seja efetivado com qualidade, porque os efeitos de desemprego para bolsistas de aprendizagem sejam, muito provavelmente, pela falta de qualidade de formação. Muito provavelmente uma porcentagem seja refletida por isso, não é? Então, nós nos preocupamos com isso. Sabemos que isso demanda do Executivo também. Gostaria somente de reforçar isso.

Deixe-me ver se eu tenho mais alguma anotação aqui. Acho que era só isso mesmo.

Quero agradecer a participação ao Deputado Izalci Lucas pelo convite. Em nome do CONSED, também estamos à disposição para mais debates sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Hebertty.

Eu lamento a ausência do nosso representante do Conselho Nacional de Educação, mas espero que tudo que falamos aqui possa chegar ao Conselho, para que eles levem em



consideração na hora de definição das políticas da educação profissional. Vamos convidá-los para a Comissão Geral.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Mendonça, para que faça suas considerações.

O SR. ANTÔNIO ALVES MENDONÇA JUNIOR - Quando falamos de aprendizagem, falamos de trabalho, mas falamos de educação.

A reforma do ensino, trazendo para dentro do ensino médio a aprendizagem, só reforça o que nós já dizíamos: que aprendizagem era um contrato de trabalho, mas que também era uma possibilidade de educação, de qualificação. Em nenhum momento o Ministério do Trabalho nega essa finalidade de educação da aprendizagem. Exatamente por não negarmos é que, sempre que conversarmos sobre educação, eu gosto de citar uma frase do Paulo Freire, porque eu acho que ela diz muito inclusive sobre o que é aprendizagem, principalmente se for uma aprendizagem de qualidade. Paulo Freire disse: "*Sem uma educação libertadora, o sonho do oprimido será ser um opressor*". Temos nas nossas mãos, com a aprendizagem, a possibilidade de instituir uma educação libertadora, para que os aprendizes não sonhem em ser opressores. Basta que façamos isso com qualidade e que não nos esqueçamos de que aprendizagem garante mais do que qualificação profissional: garante direito à vida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Muito bem, Sr. Antônio!

Concedo a palavra ao nosso Reitor Wilson Conciani, para as considerações finais.

O SR. WILSON CONCIANI - Obrigado, Deputado Izalci Lucas, por esta oportunidade de participar do debate.

Eu queria ressaltar um aspecto sobre o qual alguém já falou e que é fundamental: esta é a primeira vez que estamos integrados para discutir alguma coisa. Normalmente, o Fórum pega um pedaço daqui, um pedaço dali, um pedaço de lá. Mas aqui estamos com um grupo grande, um grupo integrado, e acho que nós discutimos. Eu sonho com que esta integração chegue à ponta, para que possamos operacionalizar onde temos um caminho de dificuldades bem práticas a serem superadas. Acho que vamos conseguir, porque V.Exa. nos deu hoje o ponto de partida. Obrigado pela oportunidade!

O CONIF encaminhará as sugestões por escrito, para que V.Exa. possa levá-las ao Plenário.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu agradeço a todos a participação, assim como agradeço aos palestrantes a brilhante contribuição para esta audiência pública.

Antes de encerrar os trabalhos, agradeço a todos a presença, convidando-os para a palestra que se realizará amanhã, dia 13 de junho, às 8 horas, neste plenário, em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Educação, em atendimento ao Requerimento nº 434, de 2018, de autoria do Deputado Alex Canziani, do PTB do Paraná. O tema será *A contribuição do INEP para a definição das políticas educacionais do Brasil*.

Em seguida, também no dia 13 de junho, às 10 horas, neste plenário, haverá Reunião Deliberativa Ordinária para tratar dos itens da pauta da Comissão.

Obrigado a todos pela presença.

Declaro encerrada a presente reunião.